



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
SAF Sul Quadra 2 Lote 2 Bloco B Sala 104 Térreo, Ed. Via Office - Zona Cívico Administrativa - Bairro Asa Sul,
Brasília/DF, CEP 70070-600
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.cfp.org.br>

EDITAL Nº 90005/2026

Processo nº 576600229.000055/2025-82

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo SEI nº 576600229.000055/2025-82)

Torna-se público que o **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**, por meio do Setor de Licitações e Contratos (SLIC), sediado SAF SUL, Quadra 02, Bloco B – Edifício Via Office, Térreo, Sala 104, Brasília, Distrito Federal, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 3.756.374,40 (três milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 11/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Modo de disputa: Aberto e Fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de operadora ou seguradora para a prestação de plano de assistência à saúde coletiva empresarial, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial incluindo obstetrícia, na modalidade apartamento, por meio de rede referenciada, credenciada ou conveniada (ou instrumento equivalente), para os funcionários do Conselho Federal de Psicologia e seus dependentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, subdividida pela quantidade de vidas por faixa etária, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo

- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 2.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos

no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário

ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando

adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. marca;

5.1.3. fabricante;

5.1.4. *Quantidade cotada.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de *0,01 (um centavo)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e

eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de

Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão

apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2. empresas brasileiras;

6.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes

de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.21. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.21.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.21.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.21.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.21.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro

no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.22. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.26. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos

quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo concedido pelo pregoeiro, com mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, salvo prazo diverso fixado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da

data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado

na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.cfp.org.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133,](#)

[de 2021.](#)

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail slic@cfp.org.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos

previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.cfp.org.br

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.10.1. Anexo I - Termo de Referência;

13.10.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.10.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;



Documento assinado eletronicamente por **Monica Neves da Silva, Gerente**, em 17/04/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2787172** e o código CRC **89616672**.

Referência: Processo nº 576600229.000055/2025-82

SEI nº 2787172



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SAF Sul Quadra 2 Lote 2 Bloco B Sala 104 Térreo, Ed. Via Office - Zona Cívico Administrativa - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-600
- <http://www.cfp.org.br>

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS

Processo nº 576600229.000055/2025-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de operadora ou seguradora para a prestação de plano de assistência à saúde coletiva empresarial, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial incluindo obstetrícia, na modalidade apartamento, por meio de rede referenciada, credenciada ou conveniada (ou instrumento equivalente), para os funcionários do Conselho Federal de Psicologia e seus dependentes.

ESPECIFICAÇÃO / CATSER				
Plano de Assistência à Saúde / 12920				
Faixa Etária	Vidas	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
0 à 18 anos	70	R\$ 594,55	R\$ 41.618,50	R\$ 499.422,00
19 à 23 anos	13	R\$ 737,41	R\$ 9.586,33	R\$ 115.035,96
24 à 28 anos	12	R\$ 869,45	R\$ 10.433,40	R\$ 125.200,80
29 à 33 anos	17	R\$ 953,13	R\$ 16.203,21	R\$ 194.438,52
34 à 38 anos	54	R\$ 1.056,22	R\$ 57.035,88	R\$ 684.430,56
39 à 43 anos	50	R\$ 1.191,49	R\$ 59.574,50	R\$ 714.894,00
44 à 48 anos	32	R\$ 1.476,32	R\$ 47.242,24	R\$ 566.906,88
49 à 53 anos	18	R\$ 1.789,10	R\$ 32.203,80	R\$ 386.445,60
54 à 58 anos	8	R\$ 2.219,20	R\$ 17.753,60	R\$ 213.043,20
59 anos ou mais	6	R\$ 3.563,29	R\$ 21.379,74	R\$ 256.556,88
Total	280		R\$ 313.031,20	R\$ 3.756.374,40

1.2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO À HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE

1.3. O plano deverá incluir:

1.3.1. Exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia;

1.3.2. Cobertura de doenças e lesões pré-existentes ou crônicas;

1.3.3. Internações eletivas e/ou emergenciais, incluindo procedimentos pré-anestésicos e pré-cirúrgicos;

1.3.4. Todas as doenças listadas na Classificação Internacional de Doenças – CID-10

e CID-11;

1.3.5. Acomodação individual em apartamento com banheiro privativo, ar-condicionado e direito a acompanhante;

1.3.6. Abrangência nacional;

1.3.7. Ausência de coparticipação dos beneficiários.

1.4. **CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO AO MODELO DE EXECUÇÃO**

1.5. O serviço é enquadrado como serviço continuado, uma vez que sua interrupção pode comprometer as atividades essenciais da administração ou a segurança de seus beneficiários.

1.6. **PRAZO DE VIGÊNCIA**

1.7. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A contratação poderá ser rescindida antecipadamente, a critério da Contratante, nos termos da mesma legislação.

1.8. A vigência do novo plano terá início em 26/07/2026, devendo, a partir dessa data, garantir integralmente as coberturas e benefícios previstos no edital e neste Termo de Referência, assegurando o cumprimento de todas as obrigações contratuais em favor dos beneficiários.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Conforme Cláusula Décima Quinta – Assistência Médica/Odontológica do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2024/2026, firmado entre o Conselho Federal de Psicologia e o Sindicato dos Empregados dos Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional e Entidades Coligadas e Afins – SINDECOF/DF, o Conselho concederá, de forma subsidiada, aos seus(suas) trabalhadores(as), cônjuges, filhos(as), e dependentes, este último desde que conste na última declaração de ajuste anual de Imposto de Renda, assistência médica e odontológica com empresas dos respectivos ramos.

2.2. A manutenção de um plano de saúde, além de ser uma forma de valorizar os empregados, é também um investimento em saúde preventiva. A intenção do CFP ao oferecer plano de saúde aos seus empregados e de minimizar casos de doenças, por meio de programas preventivos, para que a qualidade no desempenho das atividades desenvolvidas pelos mesmos seja sempre a melhor.

2.3. Com relação à abrangência nacional, faz-se necessária em razão do Conselho Federal de Psicologia ter jurisdição em todo o território nacional, com deslocamentos de funcionários para atender as demandas e suas finalidades em todo o Brasil.

2.4. O objeto é considerado como serviço continuado, devendo ser prestado de forma ininterrupta, com o objetivo de garantir aos funcionários e seus dependentes o acesso à rede de saúde e cumprir o Acordo Coletivo de Trabalho.

2.5. A contratação dos serviços de assistência à saúde exige um criterioso exame das condições técnicas de prestação dos serviços pelas operadoras e potenciais licitantes, em vista da repercussão direta sobre a qualidade do atendimento dispensado aos servidores beneficiários do plano.

2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, encontra-se devidamente alinhado ao planejamento estratégico, ação ADI-OE4-AE5 - Desenvolver modelo de gestão por competência, e está em consonância com o crescimento da Instituição e com a valorização e desenvolvimento das pessoas do CFP, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. Plano privado de assistência à saúde coletiva empresarial, com cobertura

médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia por intermédio de rede referenciada/credenciada, diagnóstico e terapia, inclusive para o internado, sem limite de qualquer espécie e sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, em situações eletivas e/ou emergenciais (no que couber), pré-anestésicas e pré-cirúrgicas, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º da Lei 9.656/1998, das normas do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU) e no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e suas atualizações, bem como a cobertura para todas as doenças do Código Internacional de Doenças (CID-10 e CID-11), com acomodação em quarto privativo para internações, abrangência de cobertura em todo o território Nacional.

3.2. A CONTRATADA realizará atendimento tanto no Distrito Federal, quanto nas demais localidades do território nacional, sendo no mínimo, em todas as capitais dos Estados, em consultórios, hospitais, clínicas, laboratórios disponibilizados em rede própria, indicada, credenciada, referenciada, conveniada (ou outro instrumento afim), sem limites de utilização, inclusive UTI e internações em geral, ficando a CONTRATADA obrigada a cobrir todas as despesas com a realização da assistência proposta.

3.3. Aos beneficiários será disponibilizado o seguinte plano:

3.3.1. Apartamento: Cobrirá, cumulativamente, as despesas referentes aos serviços e especialidades médicas/profissionais de saúde especificados neste documento e outras asseguradas pela legislação vigente a serem executadas pelas empresas prestadoras de assistência à saúde na respectiva rede própria ou credenciada, com padrão de internação em Apartamento Individual com Banheiro Privativo;

3.3.2. Não haverá coparticipação nas internações, inclusive psiquiátricas;

3.3.3. A rede de atendimento referenciada/credenciada/conveniada do Plano deste instrumento deverá compreender, no mínimo, todo o Rol de Procedimentos da ANS previsto para o Plano Ambulatorial e para o Hospitalar com Obstetrícia, com acomodação em quarto privativo, garantida, no mínimo, a cobertura para:

3.3.4. consultas médicas em número ilimitado em clínicas básicas e especializadas (especialidades médicas), inclusive obstétrica para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM;

3.3.5. serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais solicitados pelo médico ou pelo cirurgião-dentista assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar;

3.3.6. consultas ou sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, enfermeiro obstétrico e obstetriz, de acordo com o estabelecido nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021;

3.3.7. sessões de psicoterapia de acordo com o número de sessões estabelecido nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021;

3.3.8. procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021, que podem ser realizados tanto por fisiatra como por fisioterapeuta, em número ilimitado de sessões por ano;

3.3.9. ações de planejamento familiar, listadas no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021;

3.3.10. remoção, depois de realizados os atendimentos classificados como urgência ou emergência, quando caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos oferecidos pela unidade para a continuidade da atenção ao paciente ou pela necessidade de internação;

3.3.11. hemodiálise e diálise peritoneal - CAPD;

3.3.12. quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes (medicamentos empregados de forma associada aos medicamentos para o tratamento do câncer com a finalidade de intensificar seu desempenho ou de atuar de forma sinérgica ao tratamento) que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica, necessitem,

conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de saúde;

3.3.13. medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, assim como medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, respeitando o disposto nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021, e, preferencialmente, as seguintes características:

3.3.14. medicamento genérico: medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira - DCB ou, na sua ausência, pela Denominação Comum Internacional - DCI, conforme definido pela Lei n.º 9.787/1999;

3.3.15. medicamento fracionado: medicamento fornecido em quantidade distinta da embalagem original, conforme necessidade do paciente e definição do órgão competente, atualmente a cargo da ANVISA;

3.3.16. procedimentos de radioterapia listados no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021, para a segmentação ambulatorial;

3.3.17. procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais que prescindam de internação e de apoio de estrutura hospitalar por período superior a doze horas, unidade de terapia intensiva e unidades similares e que estejam descritos no segmento ambulatorial do Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021;

3.3.18. hemoterapia ambulatorial;

3.3.19. cirurgias oftalmológicas ambulatoriais listadas nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021;

3.3.20. internação hospitalar, em todas as suas modalidades, em número ilimitado de dias;

3.3.21. atendimento em hospital - dia para o tratamento de transtornos mentais, de acordo com o disposto nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021;

3.3.22. transplantes listados nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021, e dos procedimentos a eles vinculados, incluindo:

3.3.22.1. as despesas assistenciais com doadores vivos, as quais estão sob expensas da operadora do beneficiário receptor;

3.3.22.2. os medicamentos utilizados durante a internação;

3.3.23. o acompanhamento clínico em todo o período pós-operatório, que compreende não só o pós-operatório imediato (primeiras vinte e quatro horas da realização da cirurgia) e mediato (entre vinte e quatro horas e quarenta e oito horas da realização da cirurgia), mas também o pós-operatório tardio (a partir de quarenta e oito horas da realização da cirurgia), exceto medicamentos de manutenção; e

3.3.24. as despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos, sem qualquer ônus ao beneficiário receptor.

3.3.25. consultas, sessões ou avaliações por outros profissionais de saúde, de forma ilimitada durante o período de internação hospitalar, quando indicado pelo médico, obedecidos os seguintes critérios:

3.3.25.1. que seja dentro do escopo de atuação dos profissionais de saúde indicados e em conformidade com a legislação específica sobre as profissões de saúde e a regulamentação dos respectivos conselhos profissionais; e

3.3.25.2. que, no caso de ser necessária à realização de procedimentos, estes constem do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde definido pela Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021.

3.3.26. órteses e próteses ligadas aos atos cirúrgicos listados nos Anexos da Resolução

Normativa ANS nº 465, de 2021;

3.3.27. procedimentos cirúrgicos buco-maxilo-faciais listados nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021, para a segmentação hospitalar, conforme disposto no art.6º, incluindo a solicitação de exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem, alimentação, órteses, próteses e demais materiais ligados ao ato cirúrgico utilizados durante o período de internação hospitalar;

3.3.28. procedimentos ambulatoriais, previstos na Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021, e seus anexos, cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada durante a internação hospitalar:

3.3.28.1. hemodiálise e diálise peritoneal - CAPD;

3.3.28.2. quimioterapia oncológica ambulatorial;

3.3.28.3. medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, observadas as DUT previstas no Anexo II da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021;

3.3.28.4. procedimentos radioterápicos;

3.3.28.5. hemoterapia;

3.3.28.6. nutrição parenteral ou enteral;

3.3.28.7. procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica;

3.3.28.8. radiologia intervencionista;

3.3.28.9. exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos; e

3.3.28.10. procedimentos de reeducação e reabilitação física.

3.3.29. Além de toda a cobertura descrita no item 7 deste instrumento, o Plano deverá garantir cobertura para:

3.3.29.1. despesas, incluindo paramentação, acomodação e alimentação, relativas ao acompanhante indicado pela mulher durante:

3.3.29.2. pré-parto;

3.3.29.3. parto; e

3.3.29.4. pós-parto imediato, entendido como o período que abrange dez dias após o parto, salvo intercorrências, a critério médico;

3.3.30. assistência ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário titular, ou de seu dependente, durante os primeiros trinta dias após o parto, isento do cumprimento dos períodos de carência já cumpridos pelo titular;

3.3.31. opção de inscrição do recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário titular, ou de seu dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência já cumpridos pelo titular, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de trinta dias do nascimento ou adoção.

3.3.32. Todas as internações devem ser realizadas em apartamentos, com banheiro privativo.

3.4. **DA SAÚDE MENTAL**

3.4.1. O Plano também deverá dar cobertura ao tratamento de transtornos psiquiátricos, no plano ambulatorial e hospitalar, nos termos da Resolução Normativa ANS Nº 465, de 2021, e nos termos do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998, com alterações e demais normativas expedidas pela ANS e demais órgãos competentes. A cobertura deve abranger todos os atendimentos clínicos e cirúrgicos decorrentes de transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10 e CID-11, compreendendo:

3.4.1.1. Custeio integral de internação em hospital psiquiátrico, unidade ou enfermaria psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos;

3.4.1.2. Custeio integral de internação em hospital geral para portadores de quadro de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização;

3.4.1.3. Todos os procedimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais, inclusive aqueles necessários ao atendimento das lesões autoinfligidas, estão obrigatoriamente cobertos, consoante o parágrafo primeiro do art. 10º da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021.

3.5. **DOS SERVIÇOS**

3.5.1. O Plano deverá prestar serviços aos beneficiários de assistência médica, paramédica, hospitalar e obstétrica, ambulatorial e laboratorial, por meio de Plano Nacional com atendimento de urgência e emergência, de acordo com as condições e prazos propostos, sendo a cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas e hospitais, reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), e previstas no presente instrumento, incluindo atendimento de emergência 24 (vinte e quatro horas), em todos os dias da semana.

3.5.2. Além de compreender o disposto acima, os serviços de Assistência Médica deverão compreender as especialidades a seguir:

- 3.5.2.1. Acupuntura;
- 3.5.2.2. Alergologia e Imunologia;
- 3.5.2.3. Anatomia patológica;
- 3.5.2.4. Anestesista;
- 3.5.2.5. Angiologia;
- 3.5.2.6. Bronco esofagologia;
- 3.5.2.7. Cardiologia;
- 3.5.2.8. Cirurgia de cabeça e pescoço e Buco-maxilo-facial;
- 3.5.2.9. Cirurgia cardiovascular;
- 3.5.2.10. Cirurgia endocrinológica;
- 3.5.2.11. Cirurgia gastroenterológica;
- 3.5.2.12. Cirurgia de mão;
- 3.5.2.13. Cirurgia geral;
- 3.5.2.14. Cirurgia oftalmológica: inclusive as cirurgias corretivas (miopia, astigmatismo, hipermetropia, catarata, facectomia, etc.) nos termos da legislação vigente;
- 3.5.2.15. Cirurgia pediátrica;
- 3.5.2.16. Cirurgia plástica reparadora e/ou restauradora não estética (incluindo mamoplastia);
- 3.5.2.17. Cirurgia torácica;
- 3.5.2.18. Cirurgia urológica;
- 3.5.2.19. Cirurgia vascular periférica;
- 3.5.2.20. Clínica médica;
- 3.5.2.21. Dermatologia;
- 3.5.2.22. Coloproctologia;
- 3.5.2.23. Endocrinologia e Metabologia;
- 3.5.2.24. Fisiatria;
- 3.5.2.25. Foniatria;
- 3.5.2.26. Gastroenterologia;
- 3.5.2.27. Geriatria e Gerontologia;

- 3.5.2.28. Ginecologia;
 - 3.5.2.29. Hematologia;
 - 3.5.2.30. Hepatologia;
 - 3.5.2.31. Homeopatia;
 - 3.5.2.32. Imunologia;
 - 3.5.2.33. Infectologia;
 - 3.5.2.34. Mastologia;
 - 3.5.2.35. Medicina intensiva;
 - 3.5.2.36. Medicina nuclear;
 - 3.5.2.37. Neonatologia;
 - 3.5.2.38. Nefrologia (inclusive pediátrica);
 - 3.5.2.39. Neurocirurgia;
 - 3.5.2.40. Obstetrícia;
 - 3.5.2.41. Oftalmologia;
 - 3.5.2.42. Oncologia (Clínica e Cirúrgica);
 - 3.5.2.43. Ortopedia e Traumatologia, inclusive materiais e aparelhos ortopédicos (pinos, parafusos, platinas), próteses e órteses ligadas ao ato cirúrgico;
 - 3.5.2.44. Otorrinolaringologia;
 - 3.5.2.45. Pediatria;
 - 3.5.2.46. Pneumologia;
 - 3.5.2.47. Psiquiatria;
 - 3.5.2.48. Radioterapia;
 - 3.5.2.49. Radioisótopos e cintilografia;
 - 3.5.2.50. Reumatologia;
 - 3.5.2.51. Traumatologia;
 - 3.5.2.52. Urologia.
- 3.5.3. Além das especialidades médicas e cirúrgicas acima relacionadas deverão estar compreendidas as reconhecidas pelos órgãos que regulamentam a atividade de Plano de Saúde – ANS - Agência Nacional de Saúde, inclusive aquelas que as modernas tecnologias forem disponibilizando e que representem fatores de economia e maior segurança para o beneficiário do plano, tudo na conformidade da Lei nº. 9.656/98 e demais normas pertinentes, desde que possuam o CID (Código Internacional de Doenças).
- 3.5.4. A CONTRATADA não poderá criar, em quaisquer hipóteses, restrições ao atendimento de beneficiário sob a alegação de doenças ou lesões preexistentes ou congênitas.
- 3.5.5. Fica expressamente vedada à operadora ou seguradora contratada a imposição de qualquer limitação, exclusão ou restrição à cobertura de procedimentos médicos, hospitalares, ambulatoriais ou laboratoriais, com fundamento em doenças ou lesões preexistentes ou congênitas dos beneficiários.
- 3.5.6. Serão cobertos pela CONTRATADA exames e/ou procedimentos solicitados por profissional devidamente qualificado, ainda que este não integre a rede própria ou credenciada da operadora ou da seguradora nos termos da legislação vigente.

3.6. **DA REDE DE ATENDIMENTO**

- 3.6.1. O Plano de Referência deverá, no mínimo, possuir rede de atendimento no Distrito Federal – DF de:
- 3.6.1.1. No mínimo **08 (oito) hospitais gerais**, com abrangência em todas as áreas de

atuação solicitadas para atendimento emergencial, sendo pelo menos:

3.6.1.1.1. 02 (dois) localizados na Asa Sul;

3.6.1.1.2. 02 (dois) localizados na Asa Norte;

3.6.1.1.3. 01 (um) localizado no Lago Sul;

3.6.1.1.4. 02 (dois) localizados em Taguatinga e/ou Águas Claras;

3.6.1.1.5. 01 (um) localizado na Ceilândia.

3.6.2. Caso a contratada tenha hospital próprio, além deste, deverá comprovar o quantitativo mínimo de hospitais exigidos no item 3.6.

3.6.3. Todos os estabelecimentos deverão possuir a infraestrutura mínima de:

3.6.3.1. Ambulatórios;

3.6.3.2. Radiologia;

3.6.3.3. UTI;

3.6.3.4. Pronto socorro com profissionais nas especialidades de, no mínimo: Clínica Geral, Pediátrica, Cardiologia, Ginecológica e Obstétrica e Ortopedia, estrutura laboratorial e hemodinâmica 24 horas;

3.6.3.5. Internações em apartamentos individuais;

3.6.3.6. Procedimentos Médicos/Serviços Auxiliares para Cirurgias; e

3.6.3.7. Procedimentos de cirurgias cardíacas/neurológicas, com UTI neonatal e adulto, banco de sangue e serviço de diálise/hemodiálise.

3.6.4. Considerando o subitem **3.6.1.1**, pelo menos **03 (três) dos 08 (oito) Hospitais, deverão prestar atendimento ambulatorial para procedimentos eletivos e deve possuir, no mínimo, a infraestrutura para:**

3.6.4.0.1. Atendimentos de consultas e exames eletivos, conforme o rol de procedimentos ANS;

3.6.4.0.2. Radiologia;

3.6.4.0.3. UTI;

3.6.4.0.4. Pronto socorro com profissionais nas especialidades de, no mínimo: Clínica Geral, Pediátrica, Cardiologia, Ginecológica e Obstétrica e Ortopedia;

3.6.4.0.5. Internações em apartamentos individuais;

3.6.4.0.6. Procedimentos Médicos/Serviços Auxiliares para Cirurgias; e

3.6.4.0.7. Procedimentos de cirurgias cardíacas/neurológicas, com UTI neonatal e adulto, banco de sangue e serviço de diálise/hemodiálise.

3.6.4.1. Os Hospitais mencionados no **item 3.6.3** deverão ser distribuídos da seguinte forma:

3.6.4.1.1. 01 (um) localizado na Asa Sul;

3.6.4.1.2. 01 (um) localizado na Asa Norte;

3.6.4.1.3. 01 (um) localizado em Taguatinga e/ou Águas Claras.

3.7. A contratada deverá disponibilizar aplicativo móvel que permita consulta à rede credenciada atualizada, acesso à carteirinha virtual e acompanhamento do status de autorizações de consultas e exames.

3.8. A Contratada deverá comunicar o Contratante qualquer alteração na rede credenciada com, no mínimo, **30 (trinta) dias** de antecedência.

3.9. Os empregados do CFP durante execução de suas atividades muitas vezes necessitam viajar para os Conselhos Regionais de Psicologia que possuem sede em cada Estado do país, desta forma, a solicitação de disponibilização de rede credenciada em todas as regiões, conforme o item 3.10.4 é necessária para atender a esta demanda. Garantindo assim que haja opção de escolha de local mais próximo de atendimento emergencial.

3.10. Os estabelecimentos referenciados no subitem **Rede de Atendimento** deverão pertencer às seguintes redes hospitalares:

3.10.0.0.1. **Rede Santa;**

3.10.0.0.2. **Rede D’or São Luiz;**

3.10.0.0.3. **Rede Kora Saúde;**

3.10.0.0.4. **Rede Dasa; e**

3.10.0.0.5. **Serão admitidos hospitais de outras redes, desde que possuam qualidade igual ou superior, comprovada por meio de certificação ONA Nível 2 ou acreditação internacional equivalente, além de que comprovem o atendimento aos demais requisitos técnicos.**

3.10.1. As indicações realizadas no subitem **3.10.0.0.1 a 3.10.0.0.5** tem por finalidade estabelecer um parâmetro mínimo de excelência para a prestação dos serviços assistenciais. A escolha dessas redes fundamenta-se na atual rede mínima disponibilizada aos nossos beneficiários, bem como no fato de que todas possuem, no mínimo, certificação de Acreditação Plena – Nível 2, conferida pela Organização Nacional de Acreditação (ONA).

3.10.2. A Acreditação Hospitalar é um processo sistemático de avaliação externa, utilizado como instrumento de certificação da qualidade e da segurança na prestação de serviços de saúde. Trata-se de um procedimento voluntário, reservado e periódico, que visa atestar o cumprimento de padrões previamente definidos por entidades acreditadoras reconhecidas. Embora não possua caráter fiscalizatório, a Acreditação configura-se como um mecanismo de educação permanente, promovendo a cultura da melhoria contínua nas instituições de saúde.

3.10.3. Para as organizações, representa um diferencial competitivo relevante, uma vez que sinaliza ao mercado que a instituição adota práticas alinhadas aos mais elevados padrões de segurança assistencial e de gestão. Seus principais benefícios são:

3.10.3.0.1. Mais segurança para pacientes e colaboradores;

3.10.3.0.2. Maior qualidade no atendimento;

3.10.3.0.3. Aplicação da melhoria contínua dentro da instituição;

3.10.3.0.4. Melhoria no gerenciamento da unidade.

3.11. A obtenção da Acreditação Hospitalar demanda um conjunto robusto de ações estratégicas e operacionais por parte da gestão hospitalar, envolvendo desde o fortalecimento da governança clínica até o aperfeiçoamento contínuo dos processos assistenciais e administrativos. No entanto, ao alcançar a certificação, a instituição passa a ser reconhecida como referência em qualidade e segurança no setor de saúde, transmitindo maior confiança ao consumidor. A Organização Nacional de Acreditação (ONA) é a principal entidade acreditadora no Brasil, amplamente reconhecida por sua credibilidade e rigor metodológico.

3.12. Dessa forma, adotou-se como parâmetro o nível intermediário de certificação, com o objetivo de assegurar um padrão mais elevado de qualidade e excelência na prestação dos serviços hospitalares. Tal escolha reflete o compromisso institucional com a segurança do paciente, a efetividade dos processos assistenciais e a busca contínua pela melhoria dos serviços oferecidos.

3.13. No mínimo, 3 (três) redes de laboratórios que realizem exames nas especialidades de Análises Clínicas e Patologia Clínica (bioquímica, hematologia, hormônios, imunologia, microbiologia, suco gástrico), com pelo menos 01 (uma) unidade de atendimento em cada uma das 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal, sendo admitida a prestação de serviço em regiões limítrofes, quando da ausência de prestador no local indicado.

3.13.1. Pelo menos 1 (uma) das redes de laboratórios credenciadas deverá participar dos Programas de Excelência para Laboratórios Médicos (PELM) ou Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ) ou do PALC – Programa de Acreditação de Laboratório Clínicos devidamente certificado pela Sociedade Brasileira de Patologia Clínica (SBPC).

3.13.2. Os laboratórios deverão ser de **abrangência nacional** e realizar exames nas especialidades de Análises Clínicas e Patologia Clínica (bioquímica, hematologia, hormônios, imunologia, microbiologia, suco gástrico).

3.13.3. No âmbito do **Distrito Federal**, os serviços deverão garantir **ao menos uma unidade de atendimento em cada uma das 35 Regiões Administrativas**, sendo admitida a **prestação de serviços em regiões limítrofes**, nos casos em que **não houver prestador disponível** na localidade indicada.

3.13.4. Credenciamento de, **no mínimo, 02 (duas) clínicas e/ou médicos** para cada especialidade médica reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina, conforme Resolução CFM nº 1.845, de 12 de junho de 2008, com exceção das especialidades genética médica, nutrologia, cirurgia de mão, Infectologia, Endocrinologia infantil, Neuropediatria Infantil, Alergologista Pediatra, Homeopatia e Endocrinologia para as quais só será necessário comprovar credenciamento com, **no mínimo, 02 (duas) clínicas e/ou médicos e radioterapia**.

3.13.5. Credenciamento com, **no mínimo, 03 (três) clínicas radiológicas de grande porte**, sendo: uma na Asa Sul, uma na Asa Norte e uma em Taguatinga que realizem, no mínimo: Densitometria Óssea, Mamografia Digital, Raio X Digital, Ressonância, Tomografia e Ultrassonografia.

3.13.6. No que tange à realização de exames, a contratada deverá assegurar a cobertura de todos os procedimentos solicitados pelos médicos responsáveis pelo acompanhamento dos beneficiários, garantindo a integralidade da assistência prestada.

3.13.7. A cobertura deverá atender, no mínimo, ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o qual estabelece os exames e tratamentos considerados indispensáveis ao diagnóstico, tratamento e monitoramento das condições de saúde.

3.13.8. Recomenda-se, ainda, que a contratada disponibilize ampla rede de prestadores credenciados, de forma a contemplar os principais exames laboratoriais e de imagem demandados, observando as diretrizes e normas técnicas da ANS, assegurando qualidade, continuidade e efetividade na prestação dos serviços.

3.13.9. A adoção dessas exigências visa garantir que os beneficiários disponham de cobertura assistencial adequada e em conformidade com as normas regulamentares, assegurando ao CFP a contratação de um plano de saúde que atenda plenamente às necessidades de seus empregados e promova a eficiência e a regularidade da execução contratual.

3.13.10. O Plano de Referência, deverá possuir rede de atendimento em cada uma das capitais dos Estados.

3.14. **DA FORMA DE PRESTAÇÃO**

3.14.0.1. A prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, abrangência nacional, pelo sistema de livre escolha do profissional ou serviços de saúde, integrantes da rede credenciada/referenciada pela Operadora de Plano de Saúde ou Seguradora de Assistência à Saúde.

3.14.0.2. Os serviços contratados serão prestados de forma contínua aos beneficiários mediante apresentação de cartão personalizado, com data de validade, independentemente de comprovação de pagamento ou de prévia autorização, bem como do local onde se encontre o beneficiário, principalmente em casos de urgência e/ou emergência.

3.14.0.3. Caso o beneficiário não esteja de posse de seu cartão de identificação o prestador de serviços deverá efetuar a verificação do cadastro junto da Operadora do Plano de Saúde ou Seguradora de Assistência à Saúde.

3.14.0.4. A Contratada deverá apresentar, no ato de assinatura do instrumento contratual, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia e indicando o prazo máximo para emitir as referidas autorizações.

3.14.0.5. Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e/ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, decorrentes ou não de

acidente de trabalho, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico e tratamento de rotina e especializado.

3.14.0.6. Os serviços serão executados pelos estabelecimentos e profissionais parceiros, conveniados, referenciados, credenciados e/ou próprios da empresa CONTRATADA, sem limite de consultas e exames de métodos complementares, de internamentos em enfermarias ou em Unidade de Terapia Intensiva – UTI e Semi-Intensiva.

3.14.0.7. É vedada a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data de assinatura do contrato decorrente deste instrumento.

3.14.0.8. Nesta contratação não terá coparticipação dos beneficiários e nem per capita por parte contratante. Nos casos em que o colaborador mobilizado permanecer por tempo inferior a 30 (trinta) dias no Plano de Assistência à Saúde do CFP será efetuado o pagamento proporcional ao período de inclusão.

3.14.0.9. Durante a vigência contratual poderá haver variação da quantidade de beneficiários cadastrados, bem como das faixas etárias.

3.15. DOS TRATAMENTOS EM CURSO

3.15.1. Os tratamentos que estavam em andamento antes da assinatura do contrato devem ser mantidos e continuados. Isso inclui os tratamentos que estavam sendo realizados por meio do plano de saúde anteriormente contratado, inclusive aqueles que foram autorizados por decisão judicial. Caso os beneficiários estejam passando por tratamentos de longa duração que não são cobertos pelo plano de saúde ou seguradora atual, poderão ser redirecionados para centros de atendimento especializados com a cobertura do novo plano de saúde.

3.15.2. Os beneficiários que se encontrarem internados, por ocasião do início da vigência do contrato, em hospital sem cobertura no novo plano saúde contratado, deverão ser transferidos para hospital da nova rede credenciada, desde que estejam estáveis clinicamente e aptos para remoção inter-hospitalar, com autorização do médico assistente, respeitada, quando possível, a escolha do beneficiário ou familiar, por recurso que conste no contrato vigente. Nas hipóteses de autorização de transporte pelo médico assistente, devidamente justificadas, em que o beneficiário ou familiar optar pela permanência em internação em recurso hospitalar não credenciado, o CONTRATANTE e a CONTRATADA não se responsabilizarão pelas respectivas despesas.

3.15.3. Para os beneficiários que não se encontrarem internados durante o período de implantação do novo plano saúde contratado, não será exigida a manutenção do tratamento no mesmo hospital/clínica no qual eram acompanhados, se este não constar do rol de serviços credenciados pela empresa contratada.

3.15.4. Os beneficiários em atendimento domiciliar, sob quaisquer dos níveis de home care, deverão ser mantidos com a mesma estrutura de atendimento e cuidados, a depender da evolução do paciente, e desde que com a devida indicação médica, podendo ser substituída a empresa prestadora dos serviços.

3.15.5. Deverá ser garantida a continuidade do acompanhamento pré-natal e parto das gestantes que apresentarem idade gestacional acima de 36 (trinta e seis) semanas do início da vigência do contrato, com o mesmo médico assistente, se este aceitar negociação com a CONTRATADA e se esta for a opção da gestante.

3.15.6. Para os portadores de neoplasias malignas com tratamento em curso (exemplo: ciclos de quimioterapia), deverá ser garantida a finalização do ciclo no mesmo serviço, permitindo-se o encaminhamento posterior para outro recurso médico no rol de credenciados da CONTRATADA.

3.15.7. Deverá ser garantida a manutenção dos tratamentos de todos os pacientes portadores de patologias graves ou complexas, em recursos médico e/ou hospitalares no rol de credenciados da CONTRATADA.

3.16. DA UTILIZAÇÃO DO PLANO

3.17. Para fins de reembolso, os beneficiários poderão escolher livremente entre os médicos, hospitais, prontos-socorros, laboratórios e demais serviços complementares de diagnóstico e tratamento. Nesse modelo, o atendimento não será realizado exclusivamente por meio da rede referenciada/credenciada, observando os critérios estabelecidos em contrato.

3.17.1. Nas localidades em que não haja rede credenciada da Operadora do Plano de Saúde ou Seguradora de Assistência à Saúde, a Contratada deverá efetuar reembolso das despesas médico-hospitalares nas mesmas condições previstas neste instrumento.

3.17.2. Para informações médicas, hospitalares e administrativas aos beneficiários, bem como para autorizações de procedimentos, quando exigido, a Contratada deverá dispor de plantão de atendimento telefônico gratuito 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

3.17.3. Disponibilizar Guia Médico Eletrônico, de fácil acesso, tanto da rede local quanto da rede nacional credenciada, conforme a modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, centros médicos, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares, devendo o referido guia ser atualizado constantemente.

3.17.4. Não haverá limite de internação hospitalar, inclusive internações em UTI, CTI, CETIM, Unidade Coronariana ou Unidade Respiratória.

3.17.5. Havendo indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos credenciados, fica garantido ao beneficiário paciente o acesso à acomodação em nível superior, sem ônus adicional, até que esteja disponível o leito.

3.17.6. A CONTRATADA deverá entregar os cartões e/ou carteiras de beneficiário na sede do Conselho Federal de Psicologia, na Gerência de Gestão de Pessoas, situada no: Edifício Via Office, St. de Administração Federal Sul Q. 2 Bloco B - Asa Sul, DF, 70070-600

3.17.7. Até a entrega efetiva dos cartões/carteiras de beneficiários, a Contratada deverá disponibilizar o número do benefício cadastrado ou carteira digital, de modo que o beneficiário possa utilizar o plano apenas com a apresentação de documento de identificação.

3.18. **DO REEMBOLSO**

3.19. A operadora contratada deverá assegurar aos beneficiários a livre escolha de profissionais e/ou estabelecimentos de sua preferência, garantindo o direito ao reembolso de despesas médicas em âmbito nacional. O valor a ser reembolsado deverá observar, preferencialmente, os valores constantes da **Tabela CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos)**.

3.20. Na hipótese de a operadora não adotar a CBHPM, será obrigatória a apresentação, no momento da assinatura do contrato, de tabela própria de procedimentos, acompanhada do multiplicador aplicável, devendo a justificativa para a não utilização da CBHPM ser formalmente apresentada. A tabela e o multiplicador fornecidos estarão sujeitos à análise e aprovação prévia da contratante, constituindo critério indispensável para a validação de quaisquer reembolsos efetuados.

3.21. Caberá aos beneficiários reembolsos de 100% (cem por cento) das despesas contraídas com o atendimento médico, nas seguintes hipóteses:

3.21.0.1. Nas localidades em que a Contratada não dispuser de rede médico-hospitalar, laboratorial e de serviços complementares ao diagnóstico e terapia, credenciada ou própria, capaz de atender os serviços contratados neste Termo de Referência;

3.21.0.2. Em situações de greve, paralisações ou outras que impeçam o atendimento pela rede própria ou credenciada da Contratada;

3.21.0.3. Nos casos de urgência ou emergência que impliquem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, quando não for possível a utilização dos serviços na rede atendimento oferecida pela Contratada, caracterizados em declaração do médico assistente;

3.21.0.4. Urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de

complicações no processo gestacional;

3.21.0.5. Emergência, como tal definidos os que implicarem em risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizados em declaração do médico assistente.

3.21.0.6. O prazo máximo para ambas situações de reembolso, por parte da Contratada, será de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação, pelos beneficiários, do comprovante de pagamento acompanhado da documentação exigida.

3.22. O beneficiário para se habilitar ao reembolso das despesas com os serviços de assistência à saúde por eles diretamente efetuados, deverão apresentar à CONTRATADA os seguintes documentos:

3.22.1. Recibos ou notas fiscais originais quitadas de cada prestador envolvido no atendimento, com discriminação individualizada de cada item ou procedimento cobrado, contendo relatório médico, quando solicitado;

3.22.2. Os recibos de honorários médicos deverão ser individualizados ou discriminados por prestador, contendo os respectivos números de inscrição no Conselho Regional de Medicina, CPF para pessoas físicas e CNPJ para pessoas jurídicas e, serão apresentados a Contratada no prazo de até 30 dias da data de sua emissão;

3.22.3. Relatórios médicos, justificando o tratamento e especificando o grau de urgência ou emergência, bem como o tempo de permanência do beneficiário no hospital.

3.23. **SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

3.23.0.1. A operadora deverá demonstrar compromisso com práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, incluindo:

3.23.0.1.1. Faturas Eletrônicas: Sempre que possível, devem ser adotadas práticas sustentáveis, como a emissão de faturas e relatórios em formato digital, visando a redução de impacto ambiental.

3.24. **INTEGRAÇÃO COM OS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS**

3.24.1. A contratação do plano de saúde estará em consonância com os objetivos do CFP, promovendo a saúde, bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores. A solução integrará as políticas de gestão de pessoas, contribuindo para a atração e retenção de talentos, e fomentando um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

3.24.2. Essa descrição detalhada assegura que a solução proposta atenda plenamente às necessidades do CFP, oferecendo um plano de saúde robusto, de qualidade, com assistência técnica contínua e um serviço que se alinha aos mais elevados padrões de saúde suplementar no Brasil.

3.24.3.

4. **DOS BENEFICIÁRIOS**

4.1. São considerados beneficiários titulares, os funcionários efetivos e de cargos comissionados do CFP.

4.2. São considerados beneficiários dependentes legais:

4.2.0.1. O cônjuge ou companheiro(a) legalmente comprovado, com quem o(a) funcionário(a) mantenha união estável, desde que apresentada a certidão de casamento ou a escritura declaratória de união estável, sendo esta, registrada em cartório.

4.2.0.2. O companheiro ou companheira de união homoafetiva com comprovação de união estável, por meio de escritura pública registrada em cartório;

4.2.0.3. Os filhos, inclusive enteados (desde que conste na última Declaração de ajuste anual do Imposto de Renda), de funcionários do CFP, até 21 (vinte e um) anos de idade e os incapacitados para o trabalho, inválidos ou interditados por alienação mental, sem limite de idade, devidamente comprovado por junta médica oficial;

4.2.0.4. Os filhos, inclusive enteados (desde que conste na última Declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, de funcionário do CONTRATANTE, maiores até 24 anos (vinte e quatro) anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou

escola técnica de 2º grau (RIR/18, art. 71, §1º, III, e §2º), não tendo economia própria;

4.3. O valor mensal sofrerá alterações durante a execução do contrato em razão do número efetivo de assistidos e dos reajustes por faixa etária.

4.4. A quantidade atualizada de beneficiários é de 252, com a expectativa de contratação de 11 funcionários, sendo que deste total 126 (cento e vinte e seis) são do sexo masculino e 137 (cento e trinta e sete) do sexo feminino, assim totalizando 263 beneficiários.

4.5. A quantidade de beneficiários poderá sofrer variações conforme admissões e demissões.

5. DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS BENEFICIÁRIOS

5.0.1. A adesão ao plano de saúde é facultativa para os beneficiários, não havendo obrigatoriedade de permanência no plano. O Conselho Federal de Psicologia não se responsabiliza pelo número de beneficiários que optarem por aderir ao contrato.

5.1. Somente o beneficiário titular poderá realizar a inclusão ou exclusão de beneficiários.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. As propostas de preços deverão ser formalmente apresentadas em uma via impressa, contendo todas as páginas devidamente numeradas e rubricadas, com a última delas assinada pelo representante legal da empresa proponente, conforme os ditames que norteiam os procedimentos licitatórios. A redação da proposta deverá observar o princípio da clareza e objetividade, sendo vedadas quaisquer emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões que possam comprometer sua interpretação e compreensão, salvo na hipótese em que tais imperfeições não tragam prejuízo aos direitos dos demais licitantes, não causem danos à Administração Pública e não inviabilizem a exata compreensão do conteúdo exposto.

6.2. A proposta deverá conter, de forma obrigatória, as seguintes informações, imprescindíveis para a sua regularidade formal:

6.2.1. Nome completo da empresa proponente, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), inscrição estadual, endereço completo, número de telefone e, se houver, número de fax;

6.2.2. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data designada para a entrega no certame licitatório;

6.2.3. Dados bancários da empresa, com a indicação precisa do número da conta corrente e da agência bancária, para fins de pagamento;

6.2.4. Descrição detalhada dos produtos e serviços ofertados, devendo conter a discriminação dos preços unitários e totais, conforme estipulado no referido documento técnico.

6.3. Além dos itens acima especificados, a proposta deverá ser acompanhada de uma declaração expressa da licitante, confirmando o cumprimento integral de todos os requisitos de habilitação previstos no edital, assegurando, outrossim, a posse de todos os certificados, atestados e/ou declarações exigidos no Termo de Referência aplicável ao certame.

6.4. Por fim, a proponente deverá afirmar, de modo inequívoco, que possui a estrutura administrativa adequada, equipamentos, condições operacionais, bem como pessoal qualificado e devidamente treinado, suficientes para a execução do objeto licitado, em estrita observância às condições e especificações dispostas no edital e nas demais normas pertinentes ao procedimento licitatório.

6.5. Esta apresentação deve estar em rigorosa conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência que regem a Administração Pública, garantindo a lisura do processo licitatório e a defesa dos interesses públicos.

7. DAS CARÊNCIAS

7.1. Isenção absoluta de carências dos serviços contratados para todo o grupo inicial, objeto da licitação.

7.2. Deverão ser isentos de carências também os novos empregados e seus dependentes, incluídos durante a vigência do contrato, desde que as inclusões ocorram no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua admissão, bem como os dependentes cujo fato ou ato motivador da dependência (nascimento, adoção, casamento, coabitação ou decisão judicial), venha ocorrer na vigência do contrato e desde que a solicitação para sua inclusão no plano junto à empresa Contratada ocorra em até 30 dias, contados a partir do ato ou motivo da dependência.

7.3. Para os usuários que tenham optado pelo plano após a data prevista no subitem 5.2, a carência será de:

7.3.0.1. urgência e emergência: 24 (vinte e quatro) horas;

7.3.0.2. consultas médicas: 24 (vinte e quatro) horas;

7.3.0.3. exames simples: 30 (trinta) dias;

7.3.0.4. exames especializados: 180 (cento e oitenta dias);

7.3.0.5. internações hospitalares: 180 (cento e oitenta dias);

7.3.0.6. partos e suas consequências: 300 (trezentos) dias.

7.4. Para reingresso de funcionários e dependentes desligados voluntariamente do plano, serão admitidos os períodos de carência para os seguintes eventos:

7.4.0.1. urgência e emergência: 24 (vinte e quatro) horas;

7.4.0.2. consultas médicas: 24 (vinte e quatro) horas;

7.4.0.3. exames simples: 30 (trinta) dias;

7.4.0.4. exames especializados: 180 (cento e oitenta dias);

7.4.0.5. internações hospitalares: 180 (cento e oitenta dias);

7.4.0.6. partos e suas consequências: 300 (trezentos) dias.

8. AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS

8.1. A autorização para procedimentos e internações deverá ocorrer nos prazos máximos previstos na Resolução Normativa ANS nº 566, de 2022 e alterações posteriores. Caso os prazos sejam ultrapassados, a Contratada deverá apresentar as devidas justificativas aos gestores e fiscais do CFP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

8.2. Os casos de urgência/emergência não necessitarão de liberação prévia, mas deverão ser comunicados à Contratada, em até 24 horas após o início do atendimento.

8.3. Havendo negativa de autorização para realização de procedimentos e/ou serviço solicitado por profissional de saúde, devidamente habilitado, seja ele credenciado ou não, a operadora deverá informar ao beneficiário detalhadamente, em linguagem clara e adequada, o motivo da negativa de autorização do procedimento, indicando a cláusula contratual ou o dispositivo legal que a justifique, conforme disposto na Resolução Normativa ANS n.º 395, de 2016.

9. DA REMOÇÃO

9.1. Quando for constatada a necessidade de remoção, a mesma deverá ser solicitada dentro dos critérios abaixo relacionados:

9.1.1. Solicitada pelo médico assistente, através de relatório, descrevendo a impossibilidade de locomoção do beneficiário;

9.1.2. Por via terrestre, de um estabelecimento médico-hospitalar para outro com condições técnicas de prestar o atendimento necessário;

9.1.3. Caso haja necessidade de ambulância UTI e/ou de acompanhamento médico, o relatório de solicitação deverá conter tal especificação;

- 9.1.4. Sejam observados a abrangência e critérios contratuais;
- 9.1.5. Seja destinada ao atendimento do beneficiário durante evento coberto, desde que cumprida à respectiva carência contratual;
- 9.1.6. Para realização de procedimentos essenciais ao acompanhamento da patologia que gerou a internação, ou de evento essencial à manutenção da saúde do beneficiário;
- 9.2. O beneficiário impossibilitado de se locomover, com prescrição médica para tratamento ou reabilitação de saúde, deverá ser removido adequadamente do estabelecimento onde estiver às expensas da Contratada.
- 9.3. Nos casos de urgência/emergência em que o paciente não ver direito à internação em virtude de carência, dar-se-á a remoção inter-hospitalar da origem para destino, em ambulância terrestre com os recursos necessários, dentro da área de abrangência geográfica do Plano, quando caracterizada pelo médico assistente a necessidade de internação, e garantido o registro na unidade hospitalar que o receber.
- 9.4. Quando a rede hospitalar do Estado onde estiver o paciente não dispuser de infraestrutura/especialidade que atenda às necessidades de saúde deste, o mesmo deve ser removido para a região mais próxima, dentro das condições médicas apresentadas, sendo todos os custos arcados pelo contratado.

10. DESCREDENCIAMENTO DE HOSPITAIS

- 10.1. A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a vigência do Contrato, o quantitativo e o nível de qualidade da rede credenciada, inclusive dos hospitais, informados por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de rescisão contratual.
- 10.2. Fica vedado à Contratada determinar o atendimento em serviço próprio (ambulatórios, clínicas, hospitais) ou de empresas controladas ou coligadas.
- 10.2.1. Esta proibição inclui direcionamento e/ou transferência para rede própria, exceto em localidades onde essa seja a única opção de atendimento, ou que seja da livre escolha do usuário;
- 10.2.2. Nos casos de internações de urgência ou emergência, deverá ser comprovada, por meio de declaração do recurso credenciado, a inexistência de vagas nos hospitais de escolha do beneficiário, para que seja oferecido atendimento em rede própria.
- 10.3. Caso a Contratada descredencie qualquer um dos hospitais obrigatórios mencionados, deverá cumprir os seguintes procedimentos:
- 10.3.1. **Notificação Prévia:** A Contratada deverá informar ao CFP sobre o descredenciamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes da data efetiva do descredenciamento;
- 10.3.2. **Substituição do Hospital:** A Contratada deverá substituir o hospital descredenciado por outro de igual ou superior qualidade. A qualidade do hospital substituto deverá ser comprovada por meio de atestados técnicos e de capacidade emitidos por entidades reconhecidas na área de saúde.
- 10.3.3. **Comprovação de Qualidade:** A Contratada deverá fornecer documentação que comprove que o novo hospital atende ou supera os critérios estabelecidos para os hospitais da rede credenciada. Esses critérios incluem, mas não se limitam a:
- 10.3.3.1. Ambulatórios nas especialidades de Clínica Médica, Pediatria, Cardiologia, Neurologia, Oftalmologia, Ginecologia e Obstetrícia, Otorrinolaringologia e Ortopedia.
- 10.3.3.2. Serviços de Radiologia;
- 10.3.3.3. Unidade de Terapia Intensiva (UTI);
- 10.3.3.4. Pronto-socorro com profissionais nas especialidades mencionadas, laboratório e hemodinâmica 24 horas;
- 10.3.3.5. Internações em apartamentos individuais;
- 10.3.3.6. Procedimentos médicos e serviços auxiliares para cirurgias;
- 10.3.3.7. Procedimentos de cirurgias cardíacas e neurológicas, com UTI neonatal e adulto,

banco de sangue e serviço de diálise/hemodiálise.

10.4. Em caso de descredenciamento total de uma das redes hospitalares obrigatórias (Rede Santa, Rede D'or São Luiz, Rede Kora Saúde, ou Rede Dasa), a operadora deverá notificar o CFP com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. A operadora fica obrigada a substituir a rede descredenciada por outra(s) rede(s) de qualidade igual ou superior, comprovada por credenciações reconhecidas (como ONA nível 2 ou superior) e que ofereça cobertura e especialidades equivalentes.

10.5. Na impossibilidade de substituir toda a rede, a operadora deverá garantir o credenciamento de hospitais individuais (externos a quaisquer uma das quatro redes referenciadas) que atendam aos critérios de excelência definidos neste Termo de Referência, de forma a manter a mesma quantidade e qualidade de serviços previstos. A escolha dos novos hospitais deverá ser aprovada pelo CFP, e a operadora se compromete a garantir o acesso a atendimento integral aos beneficiários, inclusive em situações de urgência e emergência.

10.6. Caso a substituição não possa ser realizada dentro do prazo estabelecido, a operadora deverá oferecer reembolso integral aos beneficiários por serviços hospitalares realizados fora da rede até que a situação seja regularizada.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.0.1. Deverão ser observadas todas as especificações do objeto descrita no item 2 deste instrumento bem como a legislação afeta ao objeto, entre eles os seguintes normativos:

11.0.1.1. Lei nº 14.133/21;

11.0.1.2. Resolução Normativa nº 338/2013 – ANS;

11.0.1.3. Resolução Normativa nº 395/2016 – ANS;

11.0.1.4. Resolução Normativa nº 465/2021 – ANS;

11.0.1.5. Resolução Normativa nº 488/2022 – ANS;

11.0.1.6. Resolução Normativa nº 557/2022 – ANS;

11.0.1.7. Resolução Normativa nº 563/2022 – ANS;

11.0.1.8. Resolução Normativa nº 566/2022 – ANS;

11.0.1.9. Medida Provisória 2177- 44/2021.

11.1. REQUISITO DE TRANSIÇÃO DE SERVIÇOS

11.1.1. A Contratada deverá fornecer toda a documentação necessária e realizar treinamentos específicos para a equipe o Setor de Pessoal do CFP responsáveis pelo gerenciamento do plano de saúde, visando garantir a continuidade e qualidade dos serviços;

11.1.2. O treinamento deverá ser de no mínimo 10 horas para aproximadamente 5 servidores da Gerência de Gestão de Pessoas.

11.1.3. O Contratante disponibilizará as informações dos beneficiários de acordo com planilhas ou sistema próprio da operadora/ seguradora, a fim de concluir a migração de todos os ativos e inativos para o novo plano;

11.1.4. A Contratada deverá designar uma equipe de transição composta por profissionais qualificados, que será responsável por coordenar todas as atividades relacionadas à transferência de serviços;

11.1.5. Caso a atual prestadora de serviços seja vitoriosa no certame, não haverá necessidade da migração das informações por parte da contratante, uma vez que a base de dados dos funcionários do Conselho já faz parte de seu escopo.

11.1.6. MIGRAÇÃO DE DADOS

11.1.6.1. A Contratada deverá realizar a migração de todos os dados pertinentes dos beneficiários do CFP e seus dependentes para o novo sistema da operadora, garantindo a integridade, segurança e confidencialidade das informações;

11.1.6.2. A Contratada deverá utilizar tecnologias seguras e compatíveis com as exigências legais para a transferência dos dados, assegurando que não haja perda ou corrupção de informações durante o processo;

11.1.6.3. Caso a atual prestadora de serviços seja vitoriosa no certame, as cláusulas referentes à migração de dados não se aplicam, uma vez que a base de dados dos funcionários do Conselho já faz parte de seu escopo;

11.1.6.4. **O prazo para a migração completa dos dados para a operadora contratada será de até 30 (trinta) dias, que antecedem o início da vigência contratual;**

11.1.7. Durante o período de migração, a Contratada deverá garantir que os serviços de assistência à saúde não sofram interrupções, mantendo o atendimento contínuo e de qualidade para todos os beneficiários;

11.1.8. Em caso de descumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas para a migração de dados, a Contratada estará sujeita a penalidades contratuais, incluindo multas e, em casos graves, a rescisão do contrato.

11.1.9. **REQUISITOS DE CONTINUIDADE**

11.1.10. A Contratada deverá assegurar que todos os beneficiários continuem a receber atendimento médico-hospitalar e ambulatorial sem interrupções durante e após o período de transição;

11.1.11. A Contratada deverá estabelecer um canal de comunicação direto com o CFP para tratar de quaisquer questões emergenciais que possam surgir durante a transição e migração de dados, garantindo uma resposta rápida e eficaz.

11.2. **SUBCONTRATAÇÃO**

11.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11.4. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

11.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

11.6. **VISTORIA**

11.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

12. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

12.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

12.1.1. Início da execução do objeto: **o novo plano terá início em 26/07/2026.**

12.1.2. São obrigações da Contratada:

12.1.2.1. A CONTRATADA compromete-se a prestar os serviços objeto deste contrato de forma humanizada, garantindo aos assistidos tratamento digno, ético e respeitoso, observando os princípios da não discriminação, igualdade, privacidade, confidencialidade e integridade física e moral, em conformidade com a legislação vigente e com tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil;

12.1.2.2. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer ocorrências de violações aos direitos dos assistidos, adotando medidas corretivas para cessação e prevenção de reincidências;

12.1.2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, o preenchimento da cota de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, conforme previsão em lei;

12.1.2.4. É expressamente vedada a prática de qualquer ato que configure assédio, discriminação, violência, maus-tratos, negligência, preconceito ou qualquer outra forma de violação de direitos humanos.

12.1.2.5. É vedada a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver

prévia autorização da CONTRATANTE;

12.1.2.6. Providenciar a correção das deficiências apontadas pelo contratante, no prazo de até 3 (três) dias úteis, sob pena de aplicação de sanções;

12.1.2.7. Comunicar ao contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução;

12.1.2.8. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo contratante;

12.1.2.9. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do contratante, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação;

12.1.2.10. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços, sem consentimento, por escrito, do contratante;

12.1.2.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

12.1.3. Assegurar aos beneficiários os serviços, de acordo com as condições correspondentes a cada plano, conforme estabelecido neste Termo de Referência e na Proposta apresentada.

12.1.4. Assegurar aos beneficiários a continuidade dos serviços que estejam em andamento no momento da contratação.

12.1.5. Fornecer aos beneficiários, em até 10 (dez) dias, contados da adesão, carteiras de identificação personalizadas, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade, assegurará o direito à utilização dos serviços, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

12.1.6. A contratada deve disponibilizar mecanismos de identificação do beneficiário que não impeçam o atendimento em caso de não apresentação da Carteira de Identificação.

12.1.7. Caso as Carteiras de Identificação tenham validade pré-definida, a Contratada deverá providenciar a substituição com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do prazo de vencimento.

12.1.8. Em caso de extravio ou de dados incorretos, a contratada providenciará a emissão da 2.^a via em até 10 (dez) dias, gratuitamente, da Carteira de Identificação mediante declaração de responsabilidade do beneficiário.

12.1.9. Fornecer juntamente com as carteiras um guia/manual por meio digital constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares credenciados, conforme o domicílio do beneficiário, atualizando-o periodicamente por meio eletrônico.

12.1.10. Os registros atualizados da rede credenciada devem permanecer disponíveis para consulta em todos os canais de atendimento oferecidos pela Contratada (Central de Atendimento 24 horas, sítio na Internet, aplicativos da operadora, etc.), conforme disposições normativas da ANS.

12.1.11. Avaliar a necessidade de credenciar hospitais, médicos e serviços auxiliares, em outras especialidades indicadas pela ANS, mediante solicitação por escrito, sempre que houver uma necessidade devidamente fundamentada; bem como cancelar tais credenciamentos, sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento aos beneficiários;

12.1.12. Manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado na licitação, devidamente comprovada a cada emissão de fatura.

12.1.13. Comunicar a Contratante a substituição de entidade hospitalar, a qual deverá ser efetuada por outra equivalente, mediante correspondência expedida com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por

fraude ou infração às normas sanitárias e fiscais em vigor.

12.1.14. Na hipótese da substituição do estabelecimento hospitalar ocorrer por vontade da operadora durante o período de internação ou tratamento hospitalar do beneficiário a Contratada deverá garantir a continuidade dos serviços prestados.

12.1.15. Excetuam-se os casos de substituição do estabelecimento hospitalar por infração às normas sanitárias em vigor, durante período de internação, quando a operadora arcará com a responsabilidade pela transferência imediata para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuação da assistência, sem ônus adicional para o beneficiário.

12.1.16. Disponibilizar Central de Atendimento, bem como mecanismos de atendimento remoto gratuito (0800 e/ou via internet), para efeito de liberação de senhas, autorização de exames e procedimentos cirúrgicos relacionados com o atendimento, ou informações sobre os serviços contratados.

12.1.17. Apresentar mensalmente à Gerência de Gestão de Pessoas - GGP/ Setor de Pessoal - SP documento de cobrança, no mês subsequente ao mês de prestação dos serviços, juntamente com relação dos beneficiários avos, inclusive as inclusões/exclusões e alterações de planos feitas no período.

12.1.18. A Contratada deverá disponibilizar até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente à utilização dos serviços, os seguintes relatórios:

12.1.18.1. Relatório Operacional com a movimentação cadastral, emissões de cartões de identificação, credenciamento e descredenciamento, e outros;

12.1.18.2. Relatório Estatístico de utilização dos serviços discriminados por tipo de evento (consulta, exame, internação, etc.);

12.1.18.3. Realização de reuniões periódicas de acompanhamento da carteira de sinistralidade.

12.1.19. A comunicação entre o CFP e a empresa contratada deverá ocorrer por meio dos canais oficiais disponibilizados, tais como e-mail institucional, contato telefônico e mensagens via aplicativo WhatsApp, conforme a natureza e a urgência das demandas.

12.1.20. As tratativas de caráter formal, especialmente aquelas que envolvam orientações, solicitações, notificações ou registros de ocorrências relevantes, deverão ser devidamente documentadas e arquivadas em meio eletrônico, garantindo a rastreabilidade, a transparência e a adequada gestão das informações durante a execução contratual.

12.1.21. Enviar o Preposto à sede da Contratante sempre que solicitado, ou conforme a necessidade, para tratar de assuntos referentes à execução do contrato e prestação dos serviços.

12.1.22. As solicitações encaminhadas ao preposto da contratada deverão ser respondidas em prazo mínimo 24 (vinte e quatro) horas e não superior a 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir do recebimento da demanda, conforme a complexidade e a natureza do assunto tratado.

12.1.23. Em situações de caráter emergencial ou que demandem providências imediatas, o retorno deverá ocorrer de forma célere, **em prazo máximo de até 12 (doze) horas**, a fim de evitar prejuízos à continuidade e à eficiência da execução contratual.

12.1.24. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação exigidas para a contratação.

12.1.25. Manter, preferencialmente, sede, filial ou escritório próprio em Brasília - DF com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração.

13. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. As comunicações entre o CFP e a contratada devem ser realizadas por escrito

sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.3. O CFP poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CFP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.5. **RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO**

13.5.1. O CFP será o responsável financeiro pelo pagamento de 100% (cem por cento) da fatura mensal emitida e atestada pelos responsáveis, contendo esta, a totalidade de despesas dos titulares e dependentes.

13.5.2. Quanto aos demitidos e aposentados, estes serão responsáveis pelo pagamento diretamente ao plano de saúde, não havendo responsabilidade do CFP por quaisquer problemas relacionados ao pagamento por parte desses beneficiários.

13.6. **PREPOSTO**

13.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

13.8. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período vigência do contrato, porém, sempre que solicitado, ou conforme a necessidade do CFP a contratada deverá enviar o preposto à sede para tratar de assuntos referentes à execução do contrato e prestação dos serviços.

13.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

13.10. **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

13.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

13.11. **SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

13.11.1. Sempre que possível, práticas sustentáveis, como o uso de documentos eletrônicos e iniciativas sociais, deverão ser adotadas pela contratada.

13.11.2. **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

13.12. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.13. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.15. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

13.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

13.20. **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

13.21. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.23. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.28. Informar periodicamente, por escrito ou outro meio disponibilizado pela Contratada, qualquer inclusão/exclusão de beneficiário, bem como alterações de plano.

13.29. Comunicar à Contratada, por escrito, os casos em que o beneficiário, por qualquer motivo perca o direito de atendimento nas condições exigidas na forma deste Termo de Referência.

13.30. Alterar o número de beneficiários, a qualquer tempo, mantidas as mesmas condições do contrato.

13.31. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

14. **GESTOR DO CONTRATO**

14.1. Cabe ao Gestor do Contrato:

14.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14.1.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14.1.8. receber e dar encaminhamento imediato:

14.1.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

14.1.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

15.2. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento desta contratação.

15.3. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR será aplicado pelo fiscal do contrato mensalmente.

15.4. Serão monitorados pelo fiscal para mensuração dos resultados da prestação do serviço os seguintes indicadores:

15.4.1. cumprimento dos prazos previstos no art. 3º da Resolução ANS nº 566, de 2022, para garantia do acesso do beneficiário aos serviços e procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS;

15.4.2. cumprimento do prazo para atendimento das solicitações do contratante;

15.4.2.1. O cumprimento dos prazos estabelecidos para atendimento das solicitações será aferido com base no tempo decorrido entre o envio da comunicação eletrônica (e-mail) pelo fiscal do contrato e o recebimento da resposta pela contratada, garantindo objetividade e

transparência na atuação fiscalizatória.

15.4.3. cumprimento dos critérios estabelecidos no itens 5 e 7 – Inclusão e exclusão de beneficiários e Das Carências.

15.4.4. cumprimento dos critérios estabelecidos no item 10 – Descredenciamento de Hospitais.

15.5. O Contratado terá a qualidade dos serviços prestados medidos por meio do IMR desde o início da execução do contrato, contudo, para permitir adequação ao sistema de avaliação, os efeitos financeiros do descumprimento do IMR serão aplicados em 03 etapas:

15.5.1. Fase Inicial (primeiros 30 dias do efetivo início da execução): os resultados serão apenas medidos (IMR) e apresentados ao Contratado, sem que haja a aplicação do sistema de ajustes de pagamentos (redutores);

15.5.2. Fase de Transição (do 31º a 90º dia do efetivo início da execução): Os resultados serão medidos (IMR) e apresentados ao Contratado, contudo, os ajustes financeiros de pagamento (redutores) serão aplicados à razão de 50% das faixas previstas neste documento;

15.5.3. Fase de Aplicação (após o 91º dia do efetivo início da execução): ocorrerá a aplicação integral dos ajustes financeiros de pagamento (redutores), conforme as faixas previstas neste documento.

15.6. Em caso de prorrogação contratual não será aplicada a sistemática de adaptação prevista nos itens 7.5.1 e 7.5.2.

15.7. O não cumprimento pelo Contratado das obrigações elencadas no item 13.3. deste Termo de Referência, acarretará em desconto no pagamento da fatura, de acordo com o número registrado de ocorrências apuradas, devidamente comprovadas, no período do primeiro até o último dia de cada mês.

15.8. O valor pago pelos serviços efetivamente prestados a cada mês será ajustado ao resultado da avaliação do serviço (IMR) na seguinte proporção:

15.8.0.1. Isento – de 00 a 05 ocorrências;

15.8.0.2. Desconto de 1% - de 06 a 15 ocorrências;

15.8.0.3. Desconto de 3% - de 16 a 25 ocorrências;

15.8.0.4. Desconto de 5% - de 25 a 30 ocorrências;

15.8.0.5. A partir da 31ª ocorrência, o Contratado estará sujeito, além do desconto de 5% sobre a fatura, à penalização conforme o Contrato.

15.9. O Contratado será notificado até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês da apuração de ocorrências, acerca de eventuais descumprimentos de obrigações no tocante ao IMR.

15.10. Quando oferecida, o Contratante deverá analisar a manifestação do Contratado e comunicá-la acerca de eventuais glosas.

15.11. O Contratante poderá aceitar as justificativas do Contratado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do Contratado, excluindo-se, no todo ou em parte, a aplicação do item 7.8.

15.12. Respeitado o procedimento administrativo, que assegurará o contraditório e ampla defesa, o Contratado poderá ser penalizado com a rescisão contratual nas seguintes condições:

15.12.0.1. Em caso de reincidência de penalizações com o desconto de 3% (três por cento) durante a vigência do contrato (anual), se houver;

15.12.0.2. Em caso de reincidência de penalizações o desconto de 2% (dois por cento) por mais de 3 (três) vezes durante a vigência do contrato (anual), se houver;

15.12.0.3. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as

adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento, serem interpretadas como penalidades ou multas.

15.13. O valor descontado do faturamento, decorrente da aplicação do IMR, não comporá a receita para fins de apuração da sinistralidade.

15.14. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

15.14.0.1. não produziu os resultados acordados;

15.14.0.2. deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.14.0.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.15. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

15.17. Emir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

15.18. Comunicar o Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

15.19. Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

15.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.21. **O pagamento será feito no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da atestação da nota fiscal/fatura.**

15.22. O CFP efetivará a atestação da nota fiscal/fatura no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados do seu recebimento ou procederá à devolução quando aquela se encontrar em desacordo ao pactuado.

15.23. A nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada dos documentos que comprovem a sua regularidade fiscal, compreendendo INSS, FGTS, Receita Federal/ Municipal, Dívida Ava da União e CNDT.

15.24. A nota fiscal/fatura, que será emitida sem rasura, legível, em nome da Contratante, CNPJ, da qual constará o número do contrato e as informações para crédito em conta corrente.

15.25. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente àquela pertinente aos órgãos públicos federais.

15.26. Em cumprimento às normas e procedimentos previstos na Instrução Normativa Nº 1.234/12, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pelas demais legislações federais, estaduais e/ou municipais o CFP poderá efetuar a retenção de impostos.

15.27. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.28. DO RECEBIMENTO

15.29. Os serviços serão recebidos provisoriamente, até o 5º dia útil após o recebimento do documento de cobrança, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

15.30. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.31. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

15.32. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

15.33. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

15.34. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

15.35. Ao final de cada período/evento de faturamento:

15.35.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.36. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.37. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.38. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.39. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.40. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.41. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.42. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de no prazo de **5 dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

15.42.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo

contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

15.42.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;

15.42.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.42.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.42.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

15.43. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.44. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

15.45. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.46. **LIQUIDAÇÃO**

15.47. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

15.48. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

15.49. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.49.1. o prazo de validade;

15.49.2. a data da emissão;

15.49.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.49.4. o período respectivo de execução do contrato;

15.49.5. o valor a pagar; e

15.49.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.50. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

15.51. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

15.52. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 15.52.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 15.52.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 15.53. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 15.54. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.55. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 15.56. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.57. **PRAZO DE PAGAMENTO**

15.58. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

15.59. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

15.60. **FORMA DE PAGAMENTO**

15.61. O pagamento será realizado através de boleto ou ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.62. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.63. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.64. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.65. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. **DO REAJUSTE**

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o

Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16.9. A Contratada poderá solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no instrumento contratual ou ocorrência de índice de sinistralidade superior a 70% (setenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses.

16.10. Neste caso, incumbirá à Contratada a demonstração do cálculo da sinistralidade e da memória de cálculo com os respectivos documentos comprobatórios como pré-requisito para a revisão do preço.

16.11. Serão considerados para fins de sinistralidade os custos assistenciais sobre as faturas pagas, relativas às competências do intervalo considerado 12 (doze) meses, aplicadas ao índice de 70%, deduzido do fator 1 (um), conforme fórmula a seguir:

$$IS = [(C/F)/70\%]-1,$$

Sendo:

IS = índice de sinistralidade;

C = custos assistenciais;

e F = fatura.

16.12. Os efeitos financeiros do reequilíbrio contratual serão devidos a contar da assinatura do termo aditivo, ou seja, após análise e aprovação dos valores pela Contratante.

16.13. Não poderá haver distinção quanto ao valor da contraprestação pecuniária entre os beneficiários que vierem a ser incluídos no contrato e os a ele já vinculados.

16.14. Não serão aceitos percentuais de reajustes diferenciados entre as faixas etárias.

16.15. Os valores das mensalidades/tabela de preços para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto neste capítulo, independente da data de inclusão.

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

17.1.0.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.0.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.0.3. der causa à inexecução total do contrato;

17.1.0.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.0.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

17.1.0.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.0.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- 17.1.0.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 17.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 17.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no item 13.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 17.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 17.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 17.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 17.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 17.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo estabelecido na Lei nº 14.133, de 2021, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.12. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 17.13. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 17.14. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.14.0.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 17.14.0.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 17.14.0.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 17.14.0.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 17.14.0.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 17.16. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a

obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.17.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.19. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17.20. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.21. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas sobre o valor do contrato, conforme a graduação estabelecida nas tabelas abaixo:

TABELA Nº 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA (%)
01	10%
02	5%
03	3%
Poderão ser inseridos mais parâmetros para a dosimetria da multa, se necessário.	

TABELA Nº 02			
ITEM	DETALHAMENTO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
A	Não reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas despesas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado no Termo de Referência.	03	Por ocorrência
B	Fornecer produtos com especificação e qualidade diversa e/ou inferior a demandada.	03	Por produto
C	Suspender ou interromper, salvo movo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	03	Por dia
D	Recusar a execução de serviço determinado pela fiscalização, sem movo justificado.	02	Por ocorrência
E	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	02	Por ocorrência
F	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	02	Por ocorrência
G	Não manter as condições de habilitação originárias da contratação.	02	Por item e por ocorrência

TABELA Nº 02

H	Descumprir qualquer das obrigações contratuais previstas no Termo de Referência e seus anexos.	01	Por ocorrência
I	Não executar os serviços e/ou entregar os produtos conforme as especificações e as qualificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.	01	Por ocorrência e por dia
J	Não observar os prazos para execução dos serviços e/ou entrega de produtos.	01	Por ocorrência e por dia
K	Não prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.	01	Por ocorrência e por dia
L	Não apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à habilitação.	03	Por ocorrência e por dia
M	Deixar de substituir estabelecimento descredenciado por outro similar, indicado pelo contratante.		

17.22. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas ao Contratado.

17.23. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.24. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

18.2. A Contratada obrigatoriamente, deverá apresentar autorização para operar plano/seguro de assistência à saúde, bem como o nome comercial e o registro do plano ofertado, emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

18.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.3.1. Para efeito de habilitação, caberá à contratada comprovar o atendimento aos requisitos elencados, cujas exigências se justificam pelas razões técnicas e legais apresentadas a seguir, assegurando a conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa à Administração:

18.3.1.1. A contratação de um plano de assistência à saúde exige uma análise criteriosa da capacidade técnica e financeira da futura contratada, em razão da natureza específica do objeto. Trata-se de um serviço de caráter continuado, com previsão de vigência prolongada (podendo alcançar até 10 anos), e que envolve compromisso de elevado valor estimado. Além disso, constitui um benefício essencial aos colaboradores e seus dependentes, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho, cuja eventual descontinuidade ou gestão inadequada pode afetar diretamente a saúde e o bem-estar dos beneficiários.

18.3.1.2. A alta complexidade de gestão inerente a este serviço – envolvendo administração de rede credenciada, regulação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), gestão de sinistralidade e particularidades financeiras – exige da contratada robustez e expertise. A falha na execução pode gerar graves transtornos e prejuízos à saúde dos usuários e ao próprio CFP.

18.3.1.3. Nesse contexto, as exigências de qualificação estabelecidas no Termo de Referência são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, conforme preceitua o art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021. Elas visam mitigar os riscos associados à

execução contratual, assegurando que a futura contratada possua as condições mínimas necessárias para executar o objeto de maneira satisfatória.

18.3.1.4. De um lado, as exigências de qualificação econômico-financeira são fundamentais para aferir a capacidade da licitante de suportar financeiramente os encargos decorrentes da execução do contrato durante toda a sua potencial vigência, garantindo a sustentabilidade do serviço. De outro lado, as exigências de qualificação técnica buscam comprovar que a licitante possui a experiência e a capacidade operacional compatíveis com a complexidade e a dimensão do objeto a ser contratado, além de garantir o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares específicos do setor de saúde.

18.4. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

18.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

18.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

18.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

18.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.16. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

18.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação

de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

18.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

18.25. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

18.26. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

18.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

18.28. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

18.29. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido,

para fins de habilitação:

18.29.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; ou

18.29.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

18.29.3. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

18.29.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

18.29.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

18.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

18.31. A Declaração do fornecedor, deve ser acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

18.31.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

18.31.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

18.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

18.33. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

18.34. A Contratada deverá apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de plano/seguro assistência à saúde para, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de beneficiários previsto no Termo de Referência;

18.35. Será admitido o somatório de atestados quando se referirem à execução de serviços compatíveis com o objeto a ser contratado, desde que prestado simultaneamente;

18.36. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

18.37. Prova de registro na ANS do(s) plano(s)/seguro(s) ofertado(s), necessariamente de abrangência geográfica nacional, bem como da segmentação assistencial oferecida nos termos do art. 5º da Resolução Normativa ANS nº 338, de 2013, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro.

18.38. Relação nominal dos Hospitais Gerais, Clínicas, laboratórios e estabelecimentos referenciados/credenciados/conveniados, com os respectivos endereços, que atuem como hospital geral, com atendimento 24 horas/dia; atendendo, no mínimo, nas especialidades de clínica médica, ginecologia obstetrícia, ortopedia, pediatria e cirurgia geral, conforme rede de atendimento referencial prevista neste Termo de Referência.

18.39. Relação das especialidades médicas nos atendimentos emergenciais (pronto

socorro) e ambulatoriais (consultas e exames eletivos) dos hospitais gerais, para comprovação de atendimento das exigências do item 3 (três) do Termo de Referência.

18.40. Os hospitais gerais deverão oferecer atendimentos emergenciais (pronto socorro) em todas as especialidades elencadas, salvo se não ver nenhum hospital que atenda completamente todas as especialidades exigidas naquela região.

18.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

18.42. Registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

18.43. **Experiência no Setor de Assistência a Saúde**

18.43.1. A empresa deverá comprovar sua experiência na administração de planos de saúde, apresentando atestados de capacidade técnica emitidos por clientes, públicos ou privados, que comprovem a prestação de serviços semelhantes. Tais atestados devem detalhar o número de beneficiários atendidos, tempo de prestação dos serviços e a qualidade do atendimento prestado, preferencialmente em contratos de igual ou maior porte.

18.43.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.43.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

18.43.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

18.43.2.3. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.43.2.4. **Os atestados devem conter as seguintes informações:**

18.43.2.5. Identificação e endereço completo da pessoa jurídica emitente;

18.43.2.6. Nome, cargo e telefone do signatário;

18.43.2.7. Descrição dos serviços prestados;

18.43.2.8. Prazo de vigência.

18.43.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato/ata, ou se decorrido pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.

18.43.4. O Licitante disponibilizará, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, enviando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, telefone e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.

18.43.5. Não obstante todas as informações extraídas dos documentos enviados pela licitante, o pregoeiro, juntamente com sua equipe de apoio, se reserva no direito de realizarem outras diligências que se fizerem necessárias.

18.43.6. Comprovante de inscrição na Agência Nacional de Saúde – ANS, em plena validade.

18.43.7. E demais exigências constantes no Termo de Referência.

18.44. A licitante vencedora deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual e local em

que foram prestados os serviços. (Incluído pela Instrução Normativa MP nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

18.45. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

18.46. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

18.47. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

18.48. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

18.49. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

18.50. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

18.51. **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

18.52. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

18.53. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

18.54. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

18.55. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

18.56. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

18.57. **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS**

18.58. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

18.58.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 18.58.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 18.58.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 18.58.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 18.58.5. A comprovação de integração das respectivas quotas - partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 18.58.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 18.58.6.1. ata de fundação;
- 18.58.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 18.58.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 18.58.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 18.58.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 18.58.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;
- 18.58.6.7. última auditoria contábil - financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

19. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. Nos termos do art. 23, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a pesquisa de preços para esta contratação foi realizada considerando-se dados extraídos de contratos similares celebrados por outros Órgãos de Fiscalização Profissional, disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

19.2. Para estimativa dos foram utilizados os seguintes contratos e seus aditivos, trazendo o valor atualizado:

- a) Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA (2452988);
- b) Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2º Região - CREFITO 2 (2452990);
- c) Conselho Federal de Farmácia - CFF (2489780);
- d) Conselho Federal de Psicologia - CFP (2455390).

19.3. O método adotado para definição do valor de referência foi a **mediana** dos preços obtidos, em conformidade com as melhores práticas de mercado e as diretrizes legais, visto que este parâmetro é amplamente reconhecido como uma forma eficaz de evitar distorções causadas por valores extremos, garantindo maior aderência à realidade do mercado.

19.4. A utilização da mediana, em detrimento de outros métodos estatísticos, justifica-se por sua robustez no tratamento de variações significativas nos valores pesquisados, proporcionando maior segurança para a Administração Pública no processo de planejamento e contratação. Este critério garante a busca pela economicidade, eficiência e vantajosidade no uso dos recursos públicos, além de promover maior isonomia no tratamento dos fornecedores.

19.5. Os contratos utilizados na pesquisa foram identificados em órgãos públicos que possuem necessidades similares, e os valores foram selecionados levando-se em consideração as características e condições dos serviços/fornecimentos pactuados, respeitando a legislação vigente.

19.6. Assim, a escolha pela mediana como parâmetro para a definição do valor esmado para esta contratação está devidamente justificada pela sua objetividade e alinhamento aos princípios que norteiam a administração pública.

19.7. O planejamento orçamentário e a previsibilidade financeira desta contratação foram pautados nos valores médios per capita por faixa etária dos beneficiários, conforme discriminado na tabela abaixo, que também apresenta os respectivos valores mensais e anuais estimados:

Plano de Assistência à Saúde								
Faixa Etária	Vidas	Preço per capita - CONFEA	Preço per capita - CFF	Preço per capita - CREFITO 2	Preço per capita - CFP	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
0 à 18 anos	70	R\$ 751,52	R\$ 588,25	R\$ 586,01	R\$ 452,40	R\$ 594,55	R\$ 41.618,50	R\$ 499.422,00
19 à 23 anos	13	R\$ 994,20	R\$ 720,00	R\$ 656,34	R\$ 579,09	R\$ 737,41	R\$ 9.586,33	R\$ 115.035,96
24 à 28 anos	12	R\$ 1.225,89	R\$ 901,58	R\$ 735,11	R\$ 615,22	R\$ 869,45	R\$ 10.433,40	R\$ 125.200,80
29 à 33 anos	17	R\$ 1.359,66	R\$ 996,25	R\$ 823,33	R\$ 633,28	R\$ 953,13	R\$ 16.203,21	R\$ 194.438,52
34 à 38 anos	54	R\$ 1.493,69	R\$ 1.061,16	R\$ 977,91	R\$ 692,11	R\$ 1.056,22	R\$ 57.035,88	R\$ 684.430,56
39 à 43 anos	50	R\$ 1.600,51	R\$ 1.230,90	R\$ 1.142,94	R\$ 791,60	R\$ 1.191,49	R\$ 59.574,50	R\$ 714.894,00
44 à 48 anos	32	R\$ 1.892,20	R\$ 1.471,45	R\$ 1.433,42	R\$ 1.108,20	R\$ 1.476,32	R\$ 47.242,24	R\$ 566.906,88
49 à 53 anos	18	R\$ 2.170,09	R\$ 1.764,76	R\$ 1.737,84	R\$ 1.483,70	R\$ 1.789,10	R\$ 32.203,80	R\$ 386.445,60
54 à 58 anos	8	R\$ 2.659,92	R\$ 2.095,19	R\$ 2.457,01	R\$ 1.664,69	R\$ 2.219,20	R\$ 17.753,60	R\$ 213.043,20
59 anos ou mais	6	R\$ 4.508,36	R\$ 3.529,50	R\$ 3.501,20	R\$ 2.714,09	R\$ 3.563,29	R\$ 21.379,74	R\$ 256.556,88
Total	280						R\$ 313.031,20	R\$ 3.756.374,40

19.7.1. O valor médio mensal estimado da contratação é de R\$ 313.031,20 (trezentos e treze mil trinta e um reais e vinte centavos), totalizando um valor médio anual de R\$ 3.756.374,40 (três milhões, setecentos e cinquenta e seis mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

19.8. Os valores aqui fixados atendem aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, e foram cuidadosamente calibrados para assegurar a eficiência na aplicação dos recursos públicos, sem prejuízo à continuidade e à qualidade dos serviços ofertados aos beneficiários do plano de saúde contratado.

19.9. A estimativa do valor da contratação foi realizada de forma criteriosa, utilizando

o valor do plano de saúde vigente como principal referência, complementada por pesquisa de mercado e consulta ao banco de preços. Os preços unitários estimados e as memórias de cálculo demonstram a viabilidade financeira da contratação e garantem a manutenção da qualidade do serviço oferecido aos empregados e dependentes do CFP. O valor projetado assegura que o novo plano de saúde estará alinhado às necessidades da instituição, respeitando os limites orçamentários e preservando o padrão de qualidade.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2025 na conta da Natureza da Despesa – 6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde.

20.1.1. Sempre que a vigência do Contrato ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

21. DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

21.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Assumem, ainda, o dever de demonstrar a adoção de medidas técnicas, administrativas e organizacionais eficazes e adequadas para comprovar a observância e o cumprimento integral das normas de proteção de dados pessoais aplicáveis, assegurando que:

21.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos art. 7º e 11º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados e devidamente documentados, compatíveis com as finalidades informadas ao titular;

21.1.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou outros órgãos legalmente competentes;

21.1.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, essa será realizada pela CONTRATADA, mediante consentimento livre, informado e inequívoco dos titulares (salvo se houver outra base legal aplicável nos termos da LGPD). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste Contrato e, em nenhuma hipótese, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

21.1.4. Os sistemas, aplicações e recursos tecnológicos utilizados para o armazenamento e tratamento de dados pessoais deverão atender:

a) às boas práticas e controles previstos nas normas internacionais de segurança da informação (ISO/IEC 27001) e de privacidade (ISO/IEC 27701);

b) e à legislação vigente, em especial à LGPD, garantindo a confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade dos dados.

21.1.5. Os dados obtidos em razão deste Contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e de adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil dos usuários, tudo estabelecido como forma de garantir a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto quando exigido por obrigação legal, regulatória ou determinação judicial ou da ANPD;

21.1.6. Encerrada a vigência deste Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará

completamente e apresentará ao CONTRATANTE evidência documental da exclusão realizada dos dados pessoais e todas as suas cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo se a CONTRATADA tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

21.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, inclusive mediante treinamentos periódicos de conscientização sobre privacidade e proteção de dados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e ao tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

21.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio do CONTRATANTE implicará para a CONTRATADA e para os seus prepostos - devida e formalmente instruídos neste sentido - o mais absoluto dever de sigilo, devendo firmar termo de confidencialidade específico com todos os prepostos que tenham acesso a tais dados, no curso do presente Contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

21.4. A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, mantendo registro documental das requisições e providências adotadas.

21.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados a respeito de seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CONTRATANTE ou conforme exigido pela LGPD ou pelas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor.

21.6. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com a CONTRATANTE no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, para que esse possa adotar as providências devidas e, fornecerá, tão logo possível, as informações complementares necessárias à apuração do incidente.

21.7. A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste Contrato, no tocante a dados pessoais, inclusive fornecendo informações técnicas e organizacionais que auxiliem na análise de riscos.

21.8. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste instrumento e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD, incluindo atos praticados por seus prepostos e eventuais subcontratados, nos limites previstos em lei.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Atualização [AGU](#) (abril/2025).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Ramos Castro, Gerente Substituto(a)**, em 02/04/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2639860** e o código CRC **4F239DAB**.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 576600229.000055/2025-82

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Atualmente o Conselho Federal de Psicologia possui contrato firmado com a empresa UNIMED NACIONAL - COOPERATIVA CENTRAL, através do Contrato CFPº 2/2021, cujo objeto é "Plano de Saúde, autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, compreendendo serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, tratamentos fisioterápicos, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia intensiva ou similar, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, quando necessária internação hospitalar e as demais exigências estabelecidas pela ANS, bem como, o atendimento para acidentes do trabalho para funcionários e ocupantes de cargo em comissão para os empregados do CFP e seus dependentes, visando atender as necessidades dos funcionários do Conselho Federal de Psicologia - CFP, sediado em Brasília - DF, com abrangência nacional. O contrato atual possui vigência até 25/01/2026.

1.2. Em razão do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026 do CFP, a Autarquia deve conceder o benefício de plano de saúde a seus funcionários e dependentes, conforme a Cláusula Décima Sexta - Assistência Médica/Odontológica, a saber:

"O Conselho Federal de Psicologia - CFP concederá, de forma subsidiada, aos seus (suas) trabalhadores(as), cônjuges, filhos(as) e dependentes, este último desde que conste na última Declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, assistência médica e odontológica com empresas dos respectivos ramos.

Parágrafo Único - Os subsídios concedidos pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP serão de 99% (noventa e nove por cento) para o(a) empregado(a) e 70% (setenta por cento) para cada dependente do(a) empregado(a), cabendo aos empregados(as) a contrapartida, respectivamente, de 1% (um por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do benefício pago pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP."

1.3. A contratação de serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial para os empregados do CFP é essencial. Esta assistência à saúde é uma importante ferramenta de motivação e satisfação dos trabalhadores, contribuindo para a qualidade dos serviços prestados pelo CFP e valorização funcional.

1.4. Além de cumprir o previsto em ACT, oferecer um plano de saúde adequado aos empregados contribui não só para a preservação da saúde dos colaboradores, mas também serve como um incentivo adicional para a manutenção da motivação e comprometimento do quadro funcional, minimizando fatores de risco que podem levar ao absenteísmo.

2. PREVISÃO NO PCA

2.1. O objeto está previsto no Plano de Contratações Anual na categoria de despesa 'Plano de Saúde', orçado no valor global de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões trezentos mil reais).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A empresa contratada executará serviços de assistência médica aos empregados do CFP e seus respectivos dependentes, conforme especificações abaixo:

3.1.1. A empresa CONTRATADA assegurará aos beneficiários regularmente inscritos os serviços descritos neste item e subitens, compreendendo todo o Rol de Procedimentos Médicos para o plano referência de assistência à saúde, constantes na Resolução RN nº 465 de 24 de fevereiro de 2021 e anexos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como aqueles acrescentados/substituídos por legislação posterior, os quais serão prestados nos consultórios dos médicos credenciados, em hospitais, ambulatórios e laboratórios, dentro da rede própria ou credenciada da CONTRATADA.

3.1.2. A abrangência geográfica dos serviços de assistência à saúde será nacional,

3.1.3. A contratação é de natureza coletiva empresarial;

3.1.4. As contribuições ao plano por parte dos empregados ocorrem de forma contributiva,

sendo titulares: 1% do valor por faixa etária, com desconto em folha de pagamento mensal e o percentual de 99% paga pelo Conselho; dependentes pagam 30% do valor, com desconto em folha de pagamento mensal do titular responsável;

3.1.5. Tipos de Plano: Ambulatorial/Hospitalar com Obstetrícia – Acomodação: Apartamento;

3.1.6. O objeto deste Estudo possui caráter continuado, não podendo ser interrompido dada a natureza dos serviços envolvidos (benefício de assistência médica a ser fornecido pelo empregador);

3.1.7. A empresa será contratada através do processo licitatório – pregão eletrônico, conforme Lei nº 14.1333/2021;

3.1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados de 26/01/2026, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.9. O plano de assistência à saúde poderá ser realizado por rede própria, cooperada ou credenciada, devendo atender as exigências da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa – RN nº 465, bem como das resoluções que venham a atualizar esta, e demais normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dispor, quando mais vantajosa ao beneficiário, as coberturas assistenciais mínimas discriminadas nos atos Normativos Regulamentares da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

3.1.10. Serão cobertos pela Contratada exames e/ou procedimentos solicitados por profissional devidamente qualificado, ainda que este não integre a rede própria ou credenciada da operadora ou da seguradora nos termos da legislação vigente.

3.1.11. A Contratada deverá disponibilizar, quando necessário, todo o tratamento ambulatorial e de internação hospitalar, conforme legislação vigente e normativos da ANS, para transtornos psiquiátricos crônicos, de crise e dependência química.

3.1.12. A Contratada deverá fornecer, mensalmente, arquivos informatizados e extratos demonstrativos, de acordo com o formato a ser definido pelas partes, referente à utilização de assistência médica por titulares e dependentes, de forma analítica, sintética e geral, discriminando todos os serviços realizados, para fins de gerenciamento interno do CFP.

3.1.13. Os serviços contratados serão prestados de forma contínua aos beneficiários mediante apresentação de cartão personalizado, com data de validade, independentemente de comprovação de pagamento ou de prévia autorização, bem como do local onde se encontre o beneficiário, principalmente em casos de urgência e/ou emergência.

3.1.14. Caso o beneficiário não esteja de posse de seu cartão de identificação, o prestador de serviços deverá efetuar a verificação do cadastro junto da Operadora do Plano de Saúde ou Seguradora de Assistência à Saúde.

3.1.15. Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e/ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, decorrentes ou não de acidente de trabalho, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico e tratamento de rotina e especializado.

3.1.16. É vedada a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data de assinatura do contrato.

3.1.17. Durante a vigência contratual poderá haver variação da quantidade de beneficiários cadastrados, bem como das faixas etárias.

3.1.18. Para informações médicas, hospitalares e administrativas aos beneficiários, bem como para autorizações de procedimentos, quando exigido, a Contratada deverá dispor de plantão de atendimento telefônico gratuito 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

3.1.19. Disponibilizar Guia Médico Eletrônico, de fácil acesso, tanto da rede local quanto da rede nacional credenciada, conforme a modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, centros médicos, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares, devendo o referido guia ser atualizado constantemente.

3.1.20. Deverá ser assegurado aos beneficiários do plano, sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou clínicas próprios ou credenciados da contratada, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional.

4. **ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

4.1. O CFP possui hoje 130 servidores e aproximadamente 139 dependentes, de modo que o plano deve prover cobertura para esse conjunto. Há uma expectativa de contratação de 11 novos funcionários, sendo assim será considerado para esta contratação um total de 280 vidas. O acréscimo ou diminuição do número total de beneficiários durante a vigência do plano não implicará na alteração do valor por vida.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Foram realizadas análises de contratações semelhantes efetuadas por outros órgãos e entidades, por meio da consulta a editais, com o objetivo de verificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender de forma mais eficiente às necessidades do CFP. As práticas consideradas relevantes foram incorporadas à contratação em questão.

5.2. Soluções de Mercado:

5.2.0.1. Convênio com operadoras de planos de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão;

5.2.0.2. Serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade;

5.2.0.3. Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento;

5.2.0.4. Contrato com operadoras de planos de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

5.3. **Convênio com operadoras de planos de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão;**

5.3.0.1. No caso de convênio com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão: a operadora de planos privados de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, é pessoa jurídica de direito privado sem finalidades lucrativas que, vinculada ou não à entidade pública ou privada, opera plano de assistência à saúde com exclusividade para um público determinado de beneficiários.

5.3.0.2. A Resolução ANS nº 137/2006 disciplina as regras para celebração de convênio com entidade privada operadora de plano de assistência à saúde, desde que sejam atendidos os seguintes pressupostos:

a) a entidade deve ser de autogestão (sem fins lucrativos e fechada), conforme regulamentação da ANS;

b) a entidade deve ter o patrocínio do ente público, para custeio das despesas totais ou parciais do plano;

c) a entidade deve possuir administração própria, com a participação dos beneficiários titulares do plano e do patrocinador, integrando os órgãos colegiados de administração superior;

d) deve prever, no seu ato constitutivo, a forma e o critério de participação dos beneficiários e do patrocinador nos órgãos colegiados de administração superior; e

e) a entidade deve ter objeto social exclusivamente relacionado à operação de plano de assistência à saúde.

5.3.0.3. De acordo com o Acórdão TCU 458/2004-TCU-Plenário, mediante o qual a Corte de Contas, ao apreciar a validade dos convênios de prestação de serviços de assistência à saúde, firmados entre a Fundação de Seguridade Social (Geap) e diversos órgãos e entidades da Administração Pública, concluiu que tal entidade não se enquadrava nos requisitos que excepcionam a obrigatoriedade da realização de licitação, vez que não integra a Administração Pública.

5.3.0.4. Pelo exposto, esta comissão de planejamento de contratação entende que o CFP não poderá firmar convênio para prestação de serviço de assistência à saúde para os seus empregados.

5.4. **Serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade**

5.4.0.1. No caso de Serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade: entende-se como serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade, o oferecimento de assistência à saúde complementar ao servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas, por meio de rede de prestadores de serviços mediante gestão própria ou contrato.

5.4.0.2. Quanto a prestação de serviços realizado pelo próprio CFP, não se observa como vantajosa essa modalidade em razão de não possuir em seu quadro funcional quantitativo de pessoal em número suficiente para administrar o próprio plano de saúde, além de não possuir norma para regulamentação dessa modalidade.

5.5. **Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento**

5.5.0.1. No caso de Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento: na modalidade de auxílio de caráter indenizatório, o servidor recebe o ressarcimento parcial do valor pago por beneficiário, pela contratação de plano de saúde privado, desde que comprovada a contratação particular de plano de assistência à saúde que atenda o padrão mínimo constante das normas relativas ao rol de procedimentos e eventos em saúde editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar -ANS, conforme disposto na Portaria Normativa nº. 1, de 9 de março de 2017, do Ministério do Planejamento.

5.5.0.2. Com relação a concessão de auxílio de caráter indenizatório, identifica-se como desvantagem essa modalidade em razão da falta de padronização da qualidade da prestação de serviços de assistência à saúde; pois, cada empregado poderia contratar qualquer assistência médica hospitalar, sem o rol de cobertura assistencial (nacional; apto individual; rol de procedimentos (ANS) que o CFP pretende oferecer, visando cumprir a sua diretriz estratégica para reter talentos.

5.5.0.3. Seguem situações desfavoráveis para a utilização do Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento:

a) Primeiro, porque a CLT não permite a concessão de plano de saúde na forma de auxílio-financeiro (dinheiro), porque o art. 458, inciso IV, da CLT é claro ao dispor que não tem natureza salarial, a utilidade (benefício) concedida pelo empregador na forma de assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde, a significar que cabe ao empregador contratar diretamente o seguro-saúde;

b) Segundo, porque ainda que se admita que o empregador possa conceder um auxílio em dinheiro para o empregado pagar à operadora de saúde o seu próprio plano de saúde e de seu dependentes, mediante a comprovação da contratação desse plano, é certo que essa alteração poderá ser considerada prejudicial, porque são poucas as opções de contratação de planos de saúde individuais, já que as operadoras não as disponibilizam no mercado em razão das regras que limitam o aumento das mensalidades, de modo que as mensalidades iniciais já são mais elevadas do que as cobradas em planos coletivos, tornando na maioria das vezes inviável a sua contratação pelos empregados que tem menor poder aquisitivo e idade mais avançada;

c) Terceiro lugar, destaca-se a dificuldade de se estabelecer um valor fixo de ressarcimento para despesas com plano de saúde, uma vez que esse custo pode variar significativamente conforme diversos fatores, sendo a idade do beneficiário um dos mais relevantes.

d) Por último, porque a extinção do plano de saúde coletivo impossibilita que o empregado aposentado, após a extinção do contrato de trabalho, permaneça como beneficiário do plano coletivo do empregador, pagando a totalidade das mensalidades dos planos, conforme prevê a Lei 9.656/98. Esse direito é assegurado pela lei, justamente porque as mensalidades de planos coletivos de saúde são menores do que as dos planos individuais. Além disso, o CFP precisará comprovar ao órgão de controle, em caso de questionamento, que o valor que está reembolsando os empregados para a aquisição de plano de saúde é condizente com o que teria de despesas se contratasse diretamente uma operadora de plano de saúde para fornecê-los.

5.6. **Contrato com operadoras de planos de assistência à saúde**

5.6.0.1. Nos contratos firmados com operadoras de planos de assistência à saúde, a Lei nº 9.656/1998 define essas operadoras como pessoas jurídicas organizadas sob a forma de sociedade civil, comercial ou cooperativa, que ofertam produtos, serviços ou contratos voltados à prestação contínua de serviços de saúde, ou à cobertura de despesas assistenciais, mediante preço previamente ou posteriormente definido. Esses contratos têm duração indeterminada e têm como objetivo garantir a assistência à saúde, sem limitação financeira, assegurando ao beneficiário o direito de acesso a profissionais e serviços de saúde, credenciados ou não, conforme sua livre escolha. O custeio dessa assistência médica e hospitalar é de responsabilidade da operadora

contratada, que realiza o pagamento diretamente aos prestadores ou reembolsa o consumidor pelos valores despendidos.

5.6.0.2. No caso de contrato com operadoras, o CRCPA identifica como vantajoso a contratação por Pregão Eletrônico em razão da ampla competitividade, transparência, eficiência e obtenção da proposta mais vantajosa e celeridade no certame. Além disso, o próprio CFP será o gestor e fiscalizador do contrato e utilizará todos os procedimentos necessários para exigir a efetividade na prestação de serviços pela empresa contratada, como também vem efetuando essa forma de contratação, tendo como satisfatória no decorrer dos anos.

5.7. Feitas as considerações acima, foi realizada uma pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por meio da qual foram identificadas diversas empresas que prestam serviços de Assistência Médica e Hospitalar, com abrangência nacional e constatou-se, em especial os Conselhos de Profissões Regulamentadas, efetivaram a contratação de forma semelhante a que se pretende adotar, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR GLOBAL
Conselho Federal de Farmácia	Pregão Eletrônico Nº 5/2023	Contratação de plano ou seguro privado de assistência à saúde coletiva empresarial, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, com obstetrícia por intermédio de rede própria, indicada, credenciada, referenciada, conveniada (ou outro instrumento afim), diagnóstico e terapia, inclusive para o internado, sem limite de qualquer espécie e sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, em situações eletivas e/ou emergenciais (no que couber), pré-anestésicas e pré-cirúrgicas, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º da Lei 9.656/1998, das normas do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU) e no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e suas atualizações, bem como a cobertura para todas as doenças do CID-10 (Código Internacional de Doenças).	R\$ 5.068.448,82
Conselho Federal de Administração	Pregão Eletrônico Nº 90019/2024	Contratação de empresa para atuar como Administradora de Benefícios ou Operadora de Plano de Saúde ou Seguradora de Assistência à Saúde com a finalidade de disponibilizar plano de assistência médica complementar, sem coparticipação, devidamente autorizado pela agência nacional de saúde suplementar - ANS para os funcionários do Conselho Federal de Administração - CFA. O critério de julgamento adotado para o item a ser adquirido será o de menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.	R\$ 5.940.100,8

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Pregão Eletrônico Nº 90004/2025	Contratação de operadora ou seguradora de plano de assistência à saúde coletiva empresarial, compreendendo serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, por intermédio de rede referenciada/credenciada/conveniada (ou outro instrumento afim), exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes ou crônicas, internações, em situações eletivas e/ou emergenciais (no que couber), pré-anestésicas e pré-cirúrgicas, conforme previsto na Lei nº 9.656, de 1998, e no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e suas atualizações, bem como a cobertura para todas as doenças do CID-10 (Código Internacional de Doenças), com acomodação para internação individual, realizada em apartamento, com banheiro privativo, ar-condicionado e direito à acompanhante, com abrangência de cobertura em todo o território nacional, sem coparticipação, conforme especificações e condições constantes neste instrumento, no Edital de Pregão Eletrônico nº 90004/2025 e seus anexos, e a proposta da Contratada.	R\$ 14.955.812,40
--	---------------------------------	---	-------------------

5.8. Assim, a solução que atende aos interesses e necessidades do Conselho Federal de Psicologia, sediado em Brasília - DF é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora ou seguradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência nacional para casos de urgência e emergência, padrão apartamento individual, na modalidade de contratação coletiva empresarial, sem coparticipação, pelo período de 12 meses.

5.9. Diante do exposto, não se vislumbram outras soluções de mercado afora a contratação de assistência médica hospitalar, por meio de pregão eletrônico, para a execução desse serviço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR

6.1. Após pesquisa realizada no [Portal Nacional de Compras Públicas](#), foi realizada a apuração do valor médio dos contratos, adotando-se uma metodologia que considera a segmentação por faixa etária. Essa abordagem permitiu uma análise mais fiel à estrutura de custos reais dos contratos utilizados nesta pesquisa.

6.2. Inicialmente, foram levantados os valores correspondentes a cada faixa etária prevista no plano contratado pelo [Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA](#), [Conselho Federal de Farmácia](#), [Conselho Regional de Fisioterapias e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO 2](#) e [Conselho Federal de Psicologia](#). No entanto, para que o cálculo refletisse maior precisão financeira, especialmente sob a ótica do CFP, foi necessário ponderar os valores de acordo com a distribuição real de beneficiários por faixa etária.

6.3. O método adotado para definição do valor de referência foi a **mediana** dos preços obtidos, em conformidade com as melhores práticas de mercado e as diretrizes legais, visto que este parâmetro é amplamente reconhecido como uma forma eficaz de evitar distorções causadas por valores extremos, garantindo maior aderência à realidade do mercado.

6.4. A utilização da mediana, em detrimento de outros métodos estatísticos, justifica-se por sua robustez no tratamento de variações significativas nos valores pesquisados, proporcionando maior segurança para a Administração Pública no processo de planejamento e contratação. Este critério garante a busca pela economicidade, eficiência e vantajosidade no uso dos recursos públicos, além de promover maior isonomia no tratamento dos fornecedores.

6.5. Diante disso e considerando as propostas, contratos e termo aditivo (2452988, 2452990, 2455390 e 2489780), chegou-se ao custo médio mensal aproximado de R\$ 313.031,20 (trezentos e treze mil trinta e um reais e vinte centavos) Tendo em vista que o CFP possui aproximadamente 269 vidas, e uma expectativa de contratação de 11 novos funcionários, o valor aproximado desta contratação deverá ser de R\$ 3.756.374,40 (três milhões, setecentos e cinquenta e seis mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

Plano de Assistência à Saúde								
Faixa Etária	Vidas	Preço per capita - CONFEA	Preço per capita - CFF	Preço per capita - CREFITO 2	Preço per capita - CFP	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
0 à 18 anos	70	R\$ 751,52	R\$ 588,25	R\$ 586,01	R\$ 452,40	R\$ 594,55	R\$ 41.618,50	R\$ 499.422,00
19 à 23 anos	13	R\$ 994,20	R\$ 720,00	R\$ 656,34	R\$ 579,09	R\$ 737,41	R\$ 9.586,33	R\$ 115.035,96
24 à 28 anos	12	R\$ 1.225,89	R\$ 901,58	R\$ 735,11	R\$ 615,22	R\$ 869,45	R\$ 10.433,40	R\$ 125.200,80
29 à 33 anos	17	R\$ 1.359,66	R\$ 996,25	R\$ 823,33	R\$ 633,28	R\$ 953,13	R\$ 16.203,21	R\$ 194.438,52
34 à 38 anos	54	R\$ 1.493,69	R\$ 1.061,16	R\$ 977,91	R\$ 692,11	R\$ 1.056,22	R\$ 57.035,88	R\$ 684.430,56
39 à 43 anos	50	R\$ 1.600,51	R\$ 1.230,90	R\$ 1.142,94	R\$ 791,60	R\$ 1.191,49	R\$ 59.574,50	R\$ 714.894,00
44 à 48 anos	32	R\$ 1.892,20	R\$ 1.471,45	R\$ 1.433,42	R\$ 1.108,20	R\$ 1.476,32	R\$ 47.242,24	R\$ 566.906,88
49 à 53 anos	18	R\$ 2.170,09	R\$ 1.764,76	R\$ 1.737,84	R\$ 1.483,70	R\$ 1.789,10	R\$ 32.203,80	R\$ 386.445,60
54 à 58 anos	8	R\$ 2.659,92	R\$ 2.095,19	R\$ 2.457,01	R\$ 1.664,69	R\$ 2.219,20	R\$ 17.753,60	R\$ 213.043,20
59 anos ou mais	6	R\$ 4.508,36	R\$ 3.529,50	R\$ 3.501,20	R\$ 2.714,09	R\$ 3.563,29	R\$ 21.379,74	R\$ 256.556,88
Total	280						R\$ 313.031,20	R\$ 3.756.374,40

6.6. Em conformidade com o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que estabelece as regras e diretrizes para a fase de planejamento das contratações públicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, seguem servidores responsáveis pela pesquisa de preços:

Servidor	Cargo	Setor
----------	-------	-------

Servidor	Cargo	Setor
Arlei Paiva de Castro	Assessor	Setor de Pessoal - SP
Diego Ramos Castro	Supervisor	Setor de Pessoal - SP

6.7. A equipe designada foi responsável por realizar a pesquisa de preços de acordo com os parâmetros estabelecidos, utilizando fontes idôneas, atualizadas e compatíveis com o objeto da contratação, de forma a garantir a economicidade, transparência e regularidade do processo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de plano de assistência à saúde, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, de abrangência nacional, na modalidade de contratação coletivo empresarial, conforme os termos da Lei 9.656 de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

7.2. A Contratada assegurará aos usuários do sistema o atendimento pleno e satisfatório pelos estabelecimentos que integram sua rede. O plano de saúde deve cobrir todo o território nacional e incluir atendimento médico/hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, obstetrícias, dependência química e psiquiátrica, bem como internações, tanto em caráter eletivo quanto emergencial, em hospitais e clínicas, inclusive aquelas de maior complexidade, quimioterápicos oral, endovenosa e intratecal para tratamento de neoplasias, radioterapia IMRT e tridimensional, internações em Unidade de Terapia Intensiva/Centro de Terapia Intensiva adulto, infantil e neonatal e utilização de leitos, sem excluir doenças preexistentes e sem carência, destinados aos empregados do CFP e seus dependentes, de acordo com a legislação vigente.

7.3. Os serviços prestados compreenderão todos os procedimentos do Rol de Procedimentos editados pela ANS, vigente à época do evento, tais quais os procedimentos discriminados no Termo de Referência.

7.4. Por uma questão de economicidade e pelo princípio de continuidade do serviço público, é fundamental que os serviços contidos nesta contratação sejam prestados conjuntamente por uma única empresa.

7.5. Considerando que o objeto é complexo e com muitas implicações de saúde, é importante que a execução seja concentrada em uma empresa responsável. A dispersão do serviço entre profissionais autônomos ou diferentes prestadoras provavelmente implicaria em aumento da tarifa de serviço, além de tornar impraticável o pagamento e a fiscalização contratual.

7.6. Além disso, há de se destacar que não haverá prejuízos à competitividade, uma vez que as empresas especializadas do ramo são qualificadas e possuem, dentro da sua carta de serviços, todos os itens que compõem o grupo.

8. PARCELAMENTO OU NÃO

8.1. A solução proposta consiste na contratação de serviços de assistência médica destinados aos empregados do CFP. Considerando as práticas adotadas pelo mercado e as normas atualmente vigentes, verifica-se que não há justificativa, necessidade ou benefício em realizar o parcelamento da contratação desse serviço.

8.2. O não parcelamento do objeto se justifica em razão de os serviços guardarem compatibilidade entre si, admitindo o julgamento com base em um mesmo critério e permitindo a execução por uma mesma empresa, restando assegurado o caráter competitivo do certame licitatório.

8.3. O parcelamento da contratação mostra-se técnica e economicamente inviável, uma vez que poderia resultar em prejuízos para o conjunto da solução e na perda de economia de escala. Assim, todos os serviços que compõem o objeto deverão ser adjudicados a uma única empresa, de modo a garantir a eficiência, a integralidade e a economicidade da contratação.

8.4. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento do contrato permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a

responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

8.5. Entretanto, no caso em tela, constata-se que o objeto, como um todo, é habitualmente prestado em sua universalidade pelas operadoras de planos de saúde, haja vista que a legislação prevê regras básicas que devem ser seguidas por todas prestadoras, entre as quais, o atendimento obrigatório do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS.

8.6. Evidencia-se que a divisão do objeto não proporcionaria qualquer vantajosidade à contratação; ao contrário, resultaria na descaracterização do serviço, ocasionando uma execução fragmentada e em desacordo com os padrões normativos vigentes.

8.7. Dessa forma, opta-se pela não adoção do parcelamento do objeto, tendo em vista que todas as operadoras devidamente registradas na ANS e autorizadas a oferecer planos de saúde estão obrigadas a cumprir o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que abrange os atendimentos considerados essenciais para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doenças e demais eventos em saúde, conforme estabelece a Lei nº 9.656/98.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. A contratação de plano de assistência médica integra o conjunto de benefícios concedidos pela Autarquia aos seus empregados, com o objetivo de proporcionar condições adequadas para o cuidado preventivo da saúde e para o tratamento em casos de doenças ou acidentes. Essa iniciativa contribui indiretamente para o bom desempenho das atividades laborais, reduzindo o número de afastamentos por motivos de enfermidade e favorecendo uma recuperação mais rápida e eficaz quando houver necessidade de tratamento.

9.2. Com o acesso contínuo aos serviços de plano de saúde, espera-se alcançar resultados expressivos na prevenção e promoção da saúde, bem como na cura de patologias que possam acometer os empregados e seus dependentes legais. Essa medida visa garantir qualidade de vida e reduzir o absenteísmo, considerando que o afastamento das atividades está, muitas vezes, relacionado a problemas de saúde, sejam eles de origem física ou mental.

9.3. Dessa forma, o CFP busca proteger e promover o bem-estar de seus colaboradores, reconhecendo que a manutenção da saúde é fator essencial para o cumprimento eficiente das funções institucionais. Ao investir na saúde de seus empregados, a Entidade fortalece seus objetivos organizacionais e contribui diretamente para a excelência no desempenho de suas atividades-fim.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

10.1. Dentre as providências a serem adotadas pelo órgão estão:

10.1.1. A designação de um servidor exclusivamente para tratar de questões de saúde e medicina do trabalho, servidor que ficaria incumbido, dentro deste campo de atuação, de operacionalizar o dia a dia do contrato a que este ETP se refere, e acompanhar a fiscalização de eventuais problemas de execução.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

11.1. Verifica-se que, no âmbito do CFP, não existem contratos correlatos ou interdependentes ao objeto tratado neste Estudo Técnico Preliminar.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A empresa contratada deverá preferencialmente possuir formas de digitalização do serviço prestado, sem necessidade de emissão de guias, cartões ou outros comprovantes em papel impresso, oferecendo alternativa válida e certificada de emissão de documentos.

12.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

13.1. Com base nesses critérios, entendemos que a contratação de empresa operadora de plano saúde é adequada para o atendimento da necessidade a que se destina.



Documento assinado eletronicamente por **Lisly Telles de Barros, Gerente**, em 23/10/2025, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2498967** e o código CRC **010AA6A4**.

Referência: Processo nº 576600229.000055/2025-82

SEI nº 2498967



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SAF Sul Quadra 2 Lote 2 Bloco B Sala 104 Térreo, Ed. Via Office - Zona Cívico Administrativa - Bairro Asa Sul,
Brasília/DF, CEP 70070-600
Telefone: - <http://www.cfp.org.br>

Minuta Contrato - Serviços nº 2770600/2026

Processo nº 576600229.000055/2025-82

Unidade Gestora: Gerência de Gestão de Pessoas

**PREGÃO
ELETRÔNICO CFP
Nº 900XX/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
COLETIVA EMPRESARIAL, QUE CELEBRAM
ENTRE SI O CONSELHO FEDERAL DE
PSICOLOGIA E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXX**

O **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP**, autarquia federal, que por delegação do poder público exerce o serviço de fiscalização da profissão de psicólogo, instituído pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, com sede à SAF SUL, Quadra 02, Bloco B - Edifício Via Office, Térreo, Sala 104, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o nº **00.393.272/0001-07**, neste ato representado por sua Conselheira-Presidenta eleita para o XX Plenário do Conselho Federal de Psicologia, gestão 2022-2025, **IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA** conforme Ata de Posse juntada aos autos, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, e de outro lado, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) seu(ua) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, o(a) senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa juntado aos autos, tendo em vista o que consta no Processo 576600229.000055/2025-82, que originou o **Pregão Eletrônico CFP nº 900XX/2026**, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de operadora ou seguradora para a prestação de plano de assistência à saúde coletiva empresarial, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial incluindo obstetrícia, na modalidade apartamento, por meio de rede referenciada, credenciada ou conveniada (ou instrumento equivalente), para os funcionários do Conselho Federal de Psicologia e seus dependentes.

1.2. Detalhamento do Objeto:

ESPECIFICAÇÃO / CATSER				
Plano de Assistência à Saúde / 12920				
Faixa Etária	Vidas	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
0 à 18 anos	70	R\$	R\$	R\$
19 à 23 anos	13			
24 à 28 anos	12			
29 à 33 anos	17			
34 à 38 anos	54			
39 à 43 anos	50			
44 à 48 anos	32			
49 à 53 anos	18			
54 à 58 anos	8			
59 anos ou mais	6			
Total	280			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico CFP nº 900XX/2026 e seus Anexos (SEI nº XXXXXXXXXXXX)

1.3.2. A Proposta da Contratada (SEI nº XXXXXXXXXXXX); e

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com início em 26/07/2026, podendo ser prorrogado por até 10(dez) anos, na forma do disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no Termo de Referência GGP (SEI nº 2639860).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

b) *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

c) *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

d) *Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;*

e) *Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.3. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração

de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação conforme estabelecido pelos itens 11.2 e 11.3 do Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ XXXXXXXXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx centavos)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa (item 15.58 do Termo de Referência).

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A Contratada deverá, IMPRETERÍVELMENTE, encaminhar as notas fiscais de pagamento apenas para o e-mail protocolo@cfp.org.br. O Contratante não se responsabilizará pelas notas fiscais que forem encaminhadas para outros e-mails que não o citado nesta subcláusula.

5.4.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

5.4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.6.1. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.6.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.6.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetutado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.6.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.6.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.6.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.6.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do último ajuste celebrado entre as partes.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da

contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2. São obrigações da Contratada:

7.2.1. Além das obrigações previstas na proposta a contratada se obriga a:

7.2.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

7.2.1.2. Executar os serviços com qualidade condizente com a complexidade dos serviços.

7.2.1.3. Assumir todas as despesas referentes ao cumprimento do presente, tais como: deslocamento, pessoal, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdência social da equipe de trabalho.

7.2.1.4. Entregar ao Fiscal do Contrato, a nota fiscal discriminando os serviços executados.

7.2.1.5. Ter ciência de que quaisquer entendimentos com o Fiscal serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

7.2.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, sempre por escrito, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender.

7.2.1.7. Facilitar as ações do Fiscal, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, atendendo prontamente às observações e exigências por eles apresentadas.

7.2.1.8. Independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, a Contratada não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

7.2.1.9. A Contratada se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Administração.

7.2.1.10. A Contratada deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato.

7.2.1.11. **A Contratada fica obrigada a assinar o Termo de Confidencialidade e Compromisso de Manutenção de Sigilo - Apêndice 1 do Termo de Referência.**

7.2.1.12. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

7.2.1.13. A Contratada preservará a Administração, mantendo-a salvo de quaisquer demanda, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

7.2.1.14. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, o que será formalizado mediante termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, nos termos do Item 11.4 e 11.5 do Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção da Contratada ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a seleção da Contratada ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores em qualquer momento do processo de contratação;
- 10.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame que deu origem à esta contratação;
- 10.1.13. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).
- 10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - 10.2.1. Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - 10.2.2. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - 10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.1 a 10.1.13, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
 - 10.2.4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.13;
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 10.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada

judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

10.8.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.8.3. as peculiaridades do caso concreto;

10.8.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.8.5. os danos que dela provierem para o Contratante;

10.8.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.10. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([art. 161](#))

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas

sanções administrativas; e

b) poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

11.6.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes das obrigações assumidas com o presente contrato estão programadas em dotações orçamentárias próprias, nos elementos de despesas, integrante do Plano de Contas do CFP - Exercício de 2026 no elemento de despesa 6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília/DF, para dirimir questões decorrentes deste Contrato,

renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E assim, por estarem justas e acordadas sobre todas e cada uma das Cláusulas e condições aqui pactuadas, o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA
Conselheira-Presidenta
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

XXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Martinelli, Analista Técnico - Licitações e Contratos**, em 09/04/2026, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2770600** e o código CRC **D9DBF057**.

Referência: Processo nº 576600229.000055/2025-82

SEI nº 2770600